



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27-05-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Boa tarde, vamos iniciar a nossa audiência pública que vai tratar da questão das intervenções recentes no Complexo Esportivo do Pacaembu. Nós vamos chamar aqui para mesa os que estão presentes e vamos primeiro ouvir. Eu gostaria que o Sr. Rafael Carvalho fizesse parte da Mesa, está presente o Sr. Rafael Carvalho; também está presente, representando o Secretário Rubens Rizek, o Sr. Jesus Pacheco Simões, está presente? Poderia fazer parte aqui para a gente ir respondendo as questões. Então, o Sr. Jesus representa o Rubens Rizek, que é Secretário Municipal de Governo, e tem também Victor Pessoa, Superintendente da SP Parcerias, é isso, *okay*. Presente também o Vereador Celso Giannazi, a quem eu convido para vir compor a Mesa.

Qual é a ideia? A ideia é que há várias pessoas inscritas. Prefiro que as pessoas falem e depois as autoridades respondam, melhor do que fazer uma explanação. O Sr. Rafael gostaria de fazer uma explanação inicial, ou o senhor quer só responder as perguntas?

Maíra Madrid está presente, Diretora da SP Parcerias, também peço que participe da Mesa; Vereadora Ely Teruel, também presente *on-line*. São várias pessoas inscritas, algumas se inscreveram anteriormente: Mariana Ferraz, Cintia Cristina Silva de Araújo, Regina Ramoska, João Moreirão, Ana Maria Wilhelm, Maria das Graças Kremont e se inscreveram presencialmente: Assunción Blanco e Renata Esteves, assim que o Sr. Rafael quiser, já está pronto?

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Pois não, sou Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, sou representante legal da Concessionária Allegra Pacaembu, responsável pelo desenvolvimento dos projetos e responsável técnico também pelas obras de intervenção, reforma, restauro e modernização do complexo. Estamos baixando aqui, comprimindo um arquivo para que ele possa ser enviado por *e-mail* para a Comissão, uma pequena apresentação que preparamos para prestar os devidos esclarecimentos depois que a concessionária recebeu o convite.

Antes de mais nada, eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de a Casa de permitir que a concessionária venha público num fórum inclusive ainda mais qualificado do

que o da última terça-feira, quando apresentamos para os representantes da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, dessa vez numa reunião conjunta de Comissões. É sempre muito importante vir aqui e esclarecer as demandas por explicações, dada a relevância do projeto que a concessionária vem executando desde que foi autorizada, no dia 29 de junho do ano passado. Estamos quase lá, estou sofrendo um pouco com a conexão de internet, porque a apresentação, apesar de ser uma apresentação curta, contém muitas imagens, está um pouco pesada, ultrapassamos o limite de 100 megas e aí fica difícil enviar por *e-mail*. Então, estou comprimindo o arquivo para viabilizar o envio para a Comissão para que a gente possa projetar. De todo modo, eu me coloco à disposição da Comissão e dos convidados, o material que foi apresentado ao município de São Paulo, ao Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio, Conpresp e ao DPH e também ao Condephaat, o Conselho Estadual.

Esse material conta desde o início todo o trabalho que foi desenvolvido, o trabalho técnico que foi desenvolvido para que a gente pudesse, após aprovações em ambos os Conselhos e na Secretarias Municipais competentes, para que pudéssemos começar os trabalhos que hoje estão em andamento e bastante em evidência dado o estágio atual da obra. Então, fica à disposição o material aqui. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Em mais alguns segundos a gente começa a apresentação, quero anunciar a presença do Vereador Toninho Vespoli. Quero saber se a Sra. Maria Gabriela, Promotora do Meio Ambiente, já chegou? Está a caminho, *okay*.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN – Eu tenho uma questão de ordem a colocar ao Presidente da Mesa, se me permite. Meu nome é Carlos Augusto Mattei Fagin, eu sou Presidente do Condephaat, quero agradecer inicialmente ao convite que me foi feito pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio do Vereador Eduardo Suplicy, para compor a Mesa. Por motivos pessoais eu não pude estar presente hoje aí, mas me foi orientado para participar em vídeo conferência. Eu estou Presidente, estou acompanhando os trabalhos, e estou à disposição também da Mesa para qualquer esclarecimento que eu possa prestar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, então. O Sr. Carlos Fagin também presente.

Agora eu queria chamar o senhor Arthur Antônio Tavares Moreira, será que dá mais um lugar aqui na Mesa, mais uma cadeira? O senhor Arthur Antônio Tavares Moreira Barbosa, que é da Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público. Está presente? (Pausa)

Eu pergunto ao Sr. Rafael se já está disponível a apresentação. Ainda não. Vereador Suplicy, presente, precisamos de mais uma cadeira, pegue uma cadeira para o Vereador Suplicy. Essa Comissão de Educação é forte mesmo, é incrível. Aqui está a Comissão também de Política Urbana e Meio Ambiente, são duas Comissões muito ativas. Agora já formamos a Mesa.

Então, nós vamos iniciar a nossa, já iniciamos, mas vamos dar andamento à reunião da audiência pública conjunta da Comissão de Educação e Comissão de Política Urbana. Assim que o Sr. Rafael Carvalho tiver carregado, ele nos informa e ele tem prioridade para fazer a apresentação.

Então, eu queria chamar a Sra. Mariana Ferraz. Está presente? (Pausa) Ela se inscreveu para falar.

A SRA. MARIANA FERRAZ – Estou. Boa tarde a todos. Meu nome é Mariana, sou arquiteta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Espere um pouquinho, Mariana. Um minutinho só. Pois não, Renata.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa tarde a todos. Meu nome é Renata Esteves, sou advogada do Movimento Defenda São Paulo. Eu queria pedir, Vereador, que a gente pudesse iniciar essa audiência ouvindo a Allegra, as pessoas todas...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Mas é isso que nós vamos fazer. O problema é que a Allegra está parada aqui, ela não carrega.

A SRA RENATA ESTEVES – Sabe por que, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu sei, você tem razão. Mas como a gente não tinha o que fazer... Não é que não tinha o que fazer, estamos esperando carregar a

apresentação e não ficaríamos aqui sem fazer nada.

A SRA. RENATA ESTEVES – Então, eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A gente para, toma um café? Você está sugerindo isso?

A SRA. RENATA ESTEVES – Ou que passasse a palavra para o próximo, em sequência do doutor, ou que ele fizesse uma apresentação que fosse para além do material que não está carregando. Porque a sociedade civil está aqui não é para ouvir os esclarecimentos dele, porque a sociedade civil presente conhece bem o que está acontecendo no Pacaembu.

Obrigada.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quero saber se a Mariana está *on-line*, se está presente. (Pausa) Vamos ouvir a Mariana, depois passamos a palavra ao Sr. Rafael.

Tem a palavra Mariana, por três minutos.

A SRA. MARIANA FERRAZ – Boa tarde a todos. Eu sou usuária do Complexo Esportivo do Pacaembu, participei de todo o processo, acompanhei todo o processo a respeito da concessão. Eu acho que a maioria das consequências, do que está acontecendo é fruto de um projeto que foi considerado um estudo não vinculante, em a Municipalidade deixou basicamente a critério do concessionário o que seria o programa do local. Numa concessão onde era esperado que houvesse um aumento significativo do que era oferecido gratuitamente no complexo, ele apresentou uma diminuição na quantidade, sendo que sempre houve uma demanda maior, mais público querendo. E quanto à piscina, houve um erro no edital que foi objeto de uma ratificação, mas que no contrato assinado foi outra vez restringido.

Eu acompanhei todo o processo de concessão, estive presente em uma audiência pública na Câmara, no início do processo. Estive presente como ouvinte no Condephaat, quando apresentaram os projetos. E no anexo 3 do edital de licitação, no caderno Memorial Descritivo da Área, consta a referência à existência de restrições do Conpresp e Condephaat, que todos os que participaram da licitação tiveram que respeitar. Essas mesmas restrições estão no contrato

assinado. Então, me causa muita estranheza ao verificar no anexo 3 do contrato assinado pela Allegra, na página 7, item “i”, está dito sobre a obrigação de se respeitar a premissa, “que não será admissível a demolição, ainda que parcial, das áreas de arquibancada do estádio, bem como a construção de novos lances e pavimentos”. Se existe uma autorização para demolir a arquibancada, por que os órgãos do patrimônio autorizaram? Por que o contrato não foi respeitado? Houve algum modificativo nesse contrato assinado anteriormente a essa permissão para demolição? Se houvesse uma justificativa de atender segurança, acessibilidade, Código de Obras; mas não: foi para aumentar 4 mil metros de área construída. Também o item “j” é expresso ao dizer que a Praça Charles Miller não faz parte.

Todo mundo teve prejuízo nessa pandemia. É um verdadeiro absurdo. Todo empresário teve. A Municipalidade teve prejuízo. Isso foi inerente à pandemia. Então, acho que temos que ficar muito de olho, porque o que pode estar causando interesse também na Charles Miller é o PIU, que fala de transferência de potencial construtivo para fazer transferência.

Uma última coisa: é importantíssimo montar o grupo gestor do PIU Pacaembu, que consta em decreto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Passo agora a palavra ao senhor Rafael Carvalho, que fará a exposição. Acho que a Sra. Mariana já deu uma pista para o Sr. Rafael. Tem a palavra.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Obrigado, Mariana, pelo comentário. Vou começar do começo, pois você levantou várias questões. Acho importante destacar de início que a concessionária, em todas as suas manifestações públicas em solenidades - como foi a solenidade de assinatura do contrato, em 16/09/2019, no salão nobre do Pacaembu; a solenidade de início das obras, como já mencionado, no dia 29 de junho do ano passado, e em diversas outras oportunidades de se comunicar com a sociedade e através de veículos de imprensa -, vem deixando claro que o seu objetivo é ampliar o uso do complexo e atrair o público para que o complexo que seja mais utilizado do que ele vinha sendo.

A concessionária foi autorizada no dia 24/10/2019 a entrar no complexo e verificar, durante um período de operação assistida em conjunto com a Secretaria de Esportes, todos os padrões operacionais para que a gente pudesse prestar o melhor serviço para a população. Esse período de operação assistida se iniciou no primeiro mês com a operação da Secretaria, de acompanhamento da concessionária. No segundo mês, houve operação conjunta; no terceiro, operação da concessionária com acompanhamento da Secretaria de Esportes; e, no aniversário da Cidade, em 25/01/2020, a concessionária assumiu a fase de operação plena.

A concessionária, ao longo desses 3 meses iniciais e no dia 25/01/2020 até o dia 15 de março - quando, por força de decretos municipais estaduais, a concessionária foi obrigada a fechar os portões do Pacaembu -, verificou um fluxo muito pequeno de pessoas. A gente tem empatia com os usuários da piscina, com os usuários que frequentavam o complexo para fazer caminhadas diariamente e outros que jogavam tênis ou praticavam outras atividades oferecidas pela Secretaria de Esportes. Porém, entendemos que esse período de intervenção previsto no contrato de concessão, por manter o complexo fechado, ele pode ser doloroso para as pessoas que, como você, utilizavam o complexo. No entanto, a gente tem aqui um inventário arquitetônico com fotos de todos os elementos das construções originais e também do tobogã, que não fazia parte do projeto original de 1930, inaugurado em 40, mostrando que o estado de degradação das edificações era latente, e a gente corria uma série de riscos, inclusive de riscos importantes em relação ao patrimônio histórico por conta do estado de degradação do imóvel.

Então, a gente tinha um fluxo... Fique à vontade, se quiser mostrar os materiais, ele está à disposição de vocês. Essa parte que eu vou falar especificamente é esse caderno, o maior, que é o inventário, que tem fotos de quase todas as unidades arquitetônicas do complexo: janelas, portas. Enfim, é um trabalho bastante extenso que a gente vem desenvolvendo desde o primeiro protocolo nos órgãos de patrimônio, feito no dia 21/02/2020. De todo modo, o fluxo diário de pessoas, médio, que a concessionária verificou durante esse período inicial era de cerca de 300 pessoas, o que, para um complexo do porte do Pacaembu - com a localização do Pacaembu, com a grande oferta de transporte público e com essa localização central, estando no fim eixo

cultural da Avenida Paulista, com 100 mil estudantes circulando em volta do complexo por dia, com uma série de outros equipamentos importantes na região -, não me parece adequado para um problema dessa magnitude.

Isso reforçou os planos da concessionária de requalificar o espaço e trazer de volta a população para utilizá-lo. Boa parte da população que frequenta hoje o complexo por conta das obras – temos centenas de profissionais que circulam pelo complexo, além de outros profissionais de transporte, de entregas, *delivery etc.* – fica muito surpresa quando entra pelo pela Rua Capivari, pela portaria dos fundos do complexo e descobre que existe um clube esportivo lá atrás. Apesar de você aparentemente ser usuária da piscina, muitos outros munícipes e cidadãos de São Paulo não sabiam que existia uma piscina olímpica no Pacaembu, tampouco sabiam que existia um ginásio poliesportivo ou duas quadras de tênis. Isso aconteceu, no nosso entendimento, a partir da demolição da concha acústica, quando a construção do tobogã – que me parece um erro arquitetônico gritante – segregou o complexo.

O esforço da concessionária, desde o início, seguindo as diretrizes dos órgãos de patrimônio que constavam no mesmo contrato cujo pequeno trecho a senhora leu, foi de fato revisar e visitar essa conexão, que é uma conexão desejável muito importante. Então, a edificação que está sendo construída de maneira bastante respeitosa dentro do complexo, ela traz um edifício que libera, no seu térreo, as passagens perdidas com a construção do tobogã e requalifica os espaços, trazendo uma maior oferta de serviços e colocando os espaços com muito mais qualidade, segurança e acessibilidade, sim. Fico até incomodado de ouvir uma colega criticando o projeto sem conhecê-lo, e faço questão de convidá-la para ir verificar o projeto. A gente tem inúmeros consultores, arquitetos, engenheiros e outros profissionais trabalhando nesse projeto. É óbvio que a acessibilidade é uma questão importante, as adaptações que estão sendo feitas nas arquibancadas visam especialmente à requalificação para atendimento de normas técnicas, sim – tanto que as arquibancadas Leste-Oeste... Enfim, se a senhora quiser depois conhecer o projeto com um pouco mais de detalhe para falar com mais propriedade, a gente vai ter o grande prazer de recebê-la e mostrar todos os desenhos. As arquibancadas estão

sendo adaptadas para que os eixos circulação entre as arquibancadas fiquem dentro do permitido. Os espaços que estão sendo criados debaixo das arquibancadas, com essas novas estruturas, são, sim, para atendimento pleno do número necessário de banheiros e lanchonetes, além de outras áreas importantes da operação, com segurança e também com acessibilidade, como elevadores *etc.*, plataformas elevatórias e outros elementos importantes para a circulação vertical e para a integração das pessoas com deficiência dentro dos eventos.

Nossa consultoria para acessibilidade – já que a senhora tocou no assunto – é da Silvana Cambiaghi, referência nacional em projetos de arquitetura com viés de acessibilidade. Ela vem fazendo um trabalho já há bastante tempo com a gente, e, além de ativista, é uma pessoa técnica muito competente, que faz sempre questão de não só encontrar soluções para as novas opções, que, por óbvio, têm que ser acessíveis, mas também para edificações históricas, em harmonia com o Patrimônio. Porque, muitas vezes, há um conflito entre a tentativa de uma intervenção de ser mais respeitosa possível e as questões de acessibilidade, que demandam muitas vezes ajustes mais drásticos na arquitetura original.

Então, reitero o convite. Cito o trecho do contrato que a senhora mencionou só para deixar claro que o texto, lido fora de contexto, pode até levantar algum tipo de dúvida com relação à legalidade do está sendo feito no complexo hoje. Entretanto, mais à frente, você vai encontrar os dizeres que reiteram que qualquer intervenção precisa da aprovação do Patrimônio. Então, essas são diretrizes que foram dadas. Porém, a discussão mais ampla com os órgãos de Patrimônio, feito após o processo licitatório, caso algum proponente tenha assinado contrato de concessão, como foi o caso, ela revisita todas essas diretrizes. Inclusive as pré-autorizações são dois ofícios emitidos -um pelo Conpresp, outro pelo Condephaat, com uma série de sugestões - , os quais foram amplamente debatidos com o corpo técnico desses conselhos – isso vai aparecer um pouco mais à frente, na apresentação -; e as questões arquitetônicas foram sensivelmente melhoradas em comparação com o projeto que consta do mesmo contrato cujo trecho a senhora leu.

Então, se você for comparar o que existia no projeto referencial com o projeto que foi

aprovado pelos órgãos de Patrimônio ainda em 2020 e depois aprovado pelas Secretarias Municipais em 2021, para emissão do alvará e a emissão do primeiro TCAEP, que é o instrumento de regularização fundiária de imóveis públicos na cidade de São Paulo - e o Pacaembu, foi o primeiro, o que gera uma complexidade adicional ao tema -, estamos muito seguros, como representantes técnicos da concessionária, de que tudo está sendo feito para melhorar e qualificar o complexo e trazer as pessoas de volta à utilização de Pacaembu.

O trabalho é bastante intenso, como já coloquei. São muitas empresas, muitos profissionais envolvidos. Nós temos tentado manter o diálogo mais amplo possível, em especial com os órgãos de Patrimônio e com a Secretarias Municipais, que são os nossos pontos principais de interação por conta da natureza da parceria público privada nesse contrato de concessão.

Com relação às questões jurídicas, eu gostaria de informar aos representantes da Mesa e às duas Comissões que o assessor jurídico da concessionária que esteve conosco na terça-feira continua aqui presente para prestar qualquer tipo de esclarecimento: Dr. Maurício Portugal, que é referência em Direito Administrativo, especialista em PPPs e concessões, e o diretor-técnico responsável também pelas obras do EPC, engenheiro Paulo Coutinho, também um grande nome da engenharia nacional e que está aqui para prestar qualquer tipo de esclarecimento mais profundo em relação aos sistemas construtivos que estão sendo adotados e à reconstrução plena das arquibancadas Leste-Oeste - talvez o ponto que mais choca a opinião pública, que muitas vezes não conhece detalhes do que vai ser feito e como o aspecto do projeto vai ficar, depois do término dessa fase de intervenções que foi apresentado - que fazia parte, sim, do projeto referencial e foi apresentada não só aos órgãos de Patrimônio, mas também às Secretarias Municipais e à sociedade, quando do início das obras, na coletiva de imprensa, na ocasião da primeira visita oficial do Prefeito Ricardo Nunes ao Pacaembu.

Espero ter respondido suas perguntas. Como foram várias, se alguma coisa ficou, reitero o convite para que você faça uma visita ao complexo, veja todo o trabalho que vem sendo desenvolvido e conheça um pouco mais em detalhe o projeto para que, após essa compreensão,

a gente possa ter um diálogo técnico ampliado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Sr. Rafael, representante da Allegra Pacaembu. Só para esclarecer, temos hoje presentes: a empresa Allegra Pacaembu, a sociedade civil, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e também o Poder Executivo, na figura do representante do Secretário Rizek. Então, são muitos participantes. Vamos, então, dividir: a sociedade civil fala, depois fala a Mesa, os Vereadores. Irei intercalando.

Chamo a próxima inscrita, Cintia Cristina Silva de Araújo. (Pausa) Não está presente.

Próximo inscrito, Sr. João Moreirão, do Conselho Participativo Municipal. Tem a palavra por três minutos.

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades presentes. Quero já adiantar que não vou fazer nenhuma pergunta, porque já sei que não presta, e não quero ouvir uma resposta arrogante como foi dada à senhora que falou, em que foi dito que tudo o que ela falou era fruto de ignorância. Então, não vou fazer pergunta, mas afirmar o que eu acredito, o que eu acho, o que eu tenho visto.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção do Poder Executivo, que está hoje representado nesta audiência, que passamos de uma fase em que o Executivo tem o dever de fiscalizar para uma fase do sossego, do “deixa rolar”. Agora, nesse caso, o que estamos vendo é o conciliábulo do “vamos colaborar”. É isso o que está acontecendo na realidade.

Muita gente vai falar sobre a questão da concessão, mas vou me concentrar na história da Praça Charles Miller, que é um bem público, é de todos nós. A Allegra teve um grande prejuízo por causa da pandemia, não duvido; mas eu tenho uma pequena produtora e também tive. Então, seguindo essa lógica, tenho como proposta fazer um consórcio de micros e pequenos produtores culturais e vamos sugerir à Câmara uma concessão, por um pequeno prazo de 30 anos, de estacionamento lá embaixo, que prometemos cobrar barato, servir cafezinho etc. E até se pode fazer um shopping, porque daí eu consigo dinheiro, onde eles conseguem também - e nem é deles -, que é no BNDES, pois que é dinheiro público. Damos como garantia o próprio

shopping que vamos fazer, que é exatamente o que eles vão fazer.

Portanto, vejam os senhores o absurdo que nós estamos tratando aqui: um espaço público, uma praça pública, sendo tratada administrativamente. Vai sendo doado! Qualquer dia vou abrir, vou acordar de manhã, olha pela janela e tem um shopping onde era um parque, uma praça. Não é assim que funciona!

Então quero dizer que esse tipo de apresentação, cheia de técnicos, cheia de pessoas muito conceituadas, bom, eu sou um cidadão civil conceituadíssimo, e não vendo os meus serviços para ninguém que me pague bem. Sou super conceituado. Então eu não quero saber de conceituação de quem está fazendo o quê, pois que está fazendo errado. Essa é a questão: isso que os senhores estão fazendo; isso que a Prefeitura está conivente com os senhores é imoral, é antissocial. Essa é a questão.

Porque, no dia seguinte, vem assim: "Não. Nós temos aqui a demonstração de que tinha risco nas estruturas". Mas, e aí, faz o quê? Destrói? Não tem mais risco? É isso? Destruí as estruturas e vai fazer um shopping. "Era o que São Paulo precisava, realmente". Ah, agora vamos ficar felizes; vamos ter o quinquagésimo terceiro shopping na Cidade.

Tenho uma sugestão para fazer shopping onde falta shopping: no Morumbi, no Palácio dos Bandeirantes. O prédio lá que, inclusive, é horrível do ponto de vista arquitetônico, daria um bom shopping. A Prefeitura de São Paulo também. Ali perto só tem um shopping pequenino, do outro lado do viaduto, o Shopping Light, que, aliás, é bastante claustrofóbico, como é uma obra do tempo da industrialização, e a industrialização já era, acabou, está quase acabando, pode ali também fazer um pequeno shopping.

Agora, para fazer um shopping num patrimônio histórico como aqueles? O quinquagésimo terceiro shopping da Cidade? Ora, vamos e convenhamos. Esse negócio está todo equivocado.

E a questão da Praça Charles Miller? É uma praça pública e está sendo tratada administrativamente? Privatizaram uma praça pública? Isso é um absurdo, uma imoralidade! É um escândalo esse tipo de coisa.

Era isso que eu tinha a dizer no momento. Muito obrigado. E está dispensado de responder.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Muito obrigado Sr. João. Vou passar a palavra para os membros da Mesa. Vereador Suplicy e, depois, volto a uma pessoa do público, volta para alguém da Mesa e, depois, o segundo Parlamentar a falar é a Vereadora Silvia. Vereador Suplicy, por favor, se puder, 5 minutos, agradeço 3 minutos. São 15h11, Vereador Suplicy com a palavra. Só lembrando que o autor do requerimento, na Comissão de Educação, é o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY - Presidente Eliseu Gabriel, em 2019, a empresa Allegra Pacaembu firmou contrato de concessão com o Poder Público com o dever legal de respeitar as resoluções de tombamento que versam sobre o conjunto urbanístico, arquitetônico que envolve tanto o Complexo Desportivo, como a Praça Charles Müller, bem como a Lei Federal 9.605/98 e a Lei Estadual 10.774/2021.

A recente intervenção da Allegra Pacaembu, que consistiu na demolição da parte da arquibancada do estádio, elemento integrante do conjunto tombado, fundamental para caracterização do uso voltado para as práticas de esportes e atividades culturais, contrariou as recomendações internacionais de preservação cultural, das quais o Brasil é signatário.

No PDE, consta que o PIU Pacaembu será elaborado, implementado e fiscalizado com a participação da sociedade, mas a última vez que esta foi ouvida sobre o tema, foi em abril de 2018. O que não ocorreu até o presente momento foi a implementação do Grupo Gestor que teria a função legal de fiscalizar a concessão.

A sociedade vem exigindo um modo de gestão democrática como forma de exercer seu direito constitucional de participar da gestão da cidade, mas o Poder Público tem se omitido em seu dever, eis porque, diante desses episódios recentes na área, como a referida demolição e remoção do gramado - que provocaram forte repercussão junto à sociedade civil - é que, junto com a Vereadora Silvia Ferrara, da Bancada Feminista e o Vereador Toninho Vespoli, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e pela Comissão de Política Urbana, resolvemos

sugerir esta audiência.

Gostaria, Sr. Presidente, de aqui fazer a leitura de um dos principais convidados, o nosso querido Juca Kfourri que, por razão médica, não pode comparecer, ele até teria como compromisso marcado, mas está aqui sua breve carta para a nossa Comissão.

- É lido o seguinte (*Carta do jornalista Juca Kfourri às Comissões*)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY - Eu queria dizer ao Sr. Rafael Carvalho, com todo respeito, eu acho importante que sejam feitos esclarecimentos da melhor forma possível, pois vamos ouvi-lo, aqui, para conhecer bem, se por ventura, essas críticas severas que estão sendo formuladas por cidadãos paulistanos, possam ser vistas de outro modo a partir desses mesmos esclarecimentos que tenha a fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Obrigado, Vereador Supply, eu chamo agora a Ana Maria Wilhelm. (Pausa) Ah, pois não, a apresentação está pronta? Então vamos fazer a apresentação por favor. Sabe o tempo mais ou menos?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Veja, Sr. Rafael, o senhor tem imagens e tudo? Se o senhor pudesse ser bem objetivo, porque o pessoal já tem conhecimento de muita coisa, pois são todos bem informados. Será que dez minutos, daria?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Se não me engano, a Estela, Pesquisadora, ela está presente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Sim, obrigado, vamos chamar várias pessoas. Vereador, tem uma longa lista aqui, do público e, como eu disse antes, vamos chamar

todos, agradeço ter um pouco de paciência, e vamos lá, Sr. Rafael Carvalho, fazendo uma apresentação, em torno de dez minutos, por favor.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO - São alguns *slides*, agradeço colocar no modo Apresentação.

Primeiro, gostaria de agradecer as manifestações da sociedade civil e do Exmo. Vereador Eduardo Suplicy, e agradecê-lo pelo convite, afinal, foi a convite dele que estamos, hoje, nessa Casa, podendo apresentar as informações da Concessão por um fórum, de novo, bastante qualificado, e para a sociedade representada pelos que puderam comparecer.

Temos muito material e, depois, convido à senhora, que diz que pode falar também, a conhecer os materiais para nós, eventualmente, até numa visita do Pacaembu poder conversar durante oito horas, ou seja, a quantidade de horas que a senhora quiser falar.

— Pode passar a capa, por favor. A ideia é prestar alguns esclarecimentos. Esse texto do Juca Kfoury foi, de fato, publicado, se não me engano, na Folha de S. Paulo semana passada. É um texto muito bem escrito. No dia da assinatura do contrato, nós tivemos, Vereador Suplicy, uma entrevista ao vivo com o Juca que é muito zeloso, pois é um estudioso da história do futebol nacional, e o Pacaembu talvez seja o seu principal representante, até anterior ao Maracanã e, por isso, talvez mais importante em termos arquitetônicos, inclusive.

De todo modo, o projeto foi aprovado pelos órgãos do patrimônio, então, muito se falou sobre autorizações inexistentes, o que, evidentemente, não está correto. Fizemos questão de colocar esse slide mostrando um pouco do cronograma de aprovação do projeto e da complexidade que é necessária para se aprovar um projeto dessa escala num bem tombado.

Pode ir para o seguinte, por gentileza. Depois, uma breve declaração com uma foto da saudosa Concha Acústica, dizendo que, bem como a Praça Charles Müller, o Pacaembu é público e vai continuar sendo público. E, mais do que isso, cem por cento dos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária, ao final do término de contrato de concessão, eles vão ser revertidos à municipalidade.

Então, a Concessionária, que participou de um certame licitatório competitivo, onde quase quatro empresas de consórcios apresentaram propostas, fez a proposta mais vantajosa, com maior valor de outorga, sendo que a outorga mínima dos estudos de viabilidade da Prefeitura, que são parte integrante desse contrato, era de 36 milhões de reais, aproximadamente, a Concessionária fez uma oferta de 111 milhões, dos quais 80 milhões foram pagos, em 12 de setembro de 2019, para a municipalidade, para o Fundo do Desenvolvimento Social do Município de São Paulo a título de outorga, como condição precedente à assinatura do contrato, que aconteceu no dia 16.

Há, de fato, um esforço muito grande na estruturação, não só na estruturação técnica, aqui representada por esses cadernos que são o pontapé inicial de todo o debate técnico na Secretaria de Licenciamento, mas também na parte de estruturação financeira para viabilizar: os 111 milhões já citados de outorga; e mais 400 milhões de reais de investimento, que a Concessionária fará, além dos investimentos que os locatários farão, dentro do Complexo, para requalificar o espaço.

É importante dizer, e nós repetimos isso em todas as nossas apresentações, mas a história do shopping retorna toda a vez, é que o Pacaembu não terá um shopping, não será um shopping, não tem área para ser shopping, não tem vocação para ser shopping. O projeto da Concessionária visa retomar os pilares de cultura e lazer que foram perdidos do ponto de vista da Concessionária com a demolição da Concha Acústica, onde o foco virou só o esporte, em especial o futebol, com objetivo de aumentar a capacidade do estádio através da implementação da Arquibancada Sul, popularmente conhecida como Tobogã. Nós consideramos esse um grande erro arquitetônico. Esse erro está sendo corrigido pela implantação de um edifício multifuncional que ajuda, sim, viabilizar a geração de receitas necessárias para que um investimento desse tamanho seja possível.

Em nenhum lugar do mundo, nem aqui no Brasil nem outro lugar, um projeto desse, de concessão, é feito cem por cento com capital próprio. Por isso existe essa captação de receitas, estamos na terceira etapa da estruturação financeira, daí o esforço bastante grande

para que o projeto seja bem compreendido pelo mercado financeiro, pelo mercado de capitais, para que seja possível fazer esse investimento de 400 milhões de reais, até janeiro de 2024, quando está programada a reabertura do complexo, com boa parte das edificações operacionais, sendo que cem por cento das edificações históricas estarão restauradas e também operacionais.

A ideia é que em 25 de janeiro de 2024 o estádio seja reinaugurado e que possamos voltar a receber a tradicional final da Copa São Paulo de Futebol Júniores, que acontecia anualmente, dentro do estádio, no dia do aniversário da cidade.

Pode passar o *slide*, por favor. Esse é um histórico. Muito se falou sobre o amplo debate que a sociedade precisa ter com relação a um projeto desse tamanho. O início das conversas sobre uma eventual concessão do Pacaembu data de 2008, quando da inauguração do Museu do Futebol. O então Secretário de Esportes Walter Feldman foi inaugurar o museu com o Prefeito Gilberto Kassab e já, àquela época, se falava da transferência do ativo para a iniciativa privada. O objetivo era viabilizar investimentos e manter o complexo sadio através justamente de investimentos da iniciativa privada, desonerando, então, os cofres públicos que tinham, anualmente, de dispor muitos milhões de reais para manutenção do espaço e, obviamente, era uma manutenção insuficiente, dado o estado de conservação do complexo que vocês vão ver um pouco mais à frente.

Seguinte. Apenas um registro, essa apresentação vai ficar aqui, são registros de algumas das interações que, ao longo do período que vem desde a assinatura do contrato, foram feitas com alguns órgãos públicos. Citamos basicamente Conpresp e Condephaat e a Prefeitura de São Paulo.

Próximo, mais um, perfeito. Temos, na questão de acompanhamento, algumas obrigações contratuais que precisam ser cumpridas trimestralmente; outras, semestralmente; e outras ainda, anualmente. Então os Relatórios de Gestão e Operação do Complexo são apresentados, bem como os Planos de Intervenção e o Plano Operacional que mostram quais são os objetivos da Concessionária. Fica claro que a Concessionária adotou o mesmo padrão operacional que era feito pela Prefeitura. Portanto, quem operava o Complexo Esportivo era a

Secretaria de Esportes; a piscina era de acesso público e gratuito e vai continuar sendo, não por obrigação contratual, mas por decisão da Concessionária. Neste caso, a Concessionária tinha por obrigação contratual ceder uma grade de apenas seis horas por semana da piscina para atividades públicas não remuneradas, mas ela optou por manter o padrão operacional da Prefeitura.

Além disso, os ginásios poliesportivos, o ginásio de tênis e o estádio, que são as outras unidades tradicionais do complexo, antes eram alugados pela Prefeitura e, agora, passarão a ser alugados pela Concessionária. O restante das receitas que justificam o investimento de tamanha monta no complexo vem da operação das novas áreas que estão sendo criadas e, em especial, das áreas que estão sendo criadas no prédio multifuncional, que está sendo construído no lugar onde era o tobogã.

Esses são os cadernos que foram apresentados ao Conpresp e ao Condephaat para o início dos debates técnicos que culminaram com a aprovação de ambos os conselhos para que, após a aprovação, a Concessionária pudesse dar entrada com o projeto legal na Secretaria de Licenciamento, para que o alvará fosse expedido.

Por gentileza, pode prosseguir. Além disso, temos alguns cadernos adicionais que falam sobre as boas práticas de intervenções em bens tombados. Nós seguimos não só a cartilha do DPH, como acompanhamos todas as discussões técnicas e indicações do Condephaat; também seguimos cadernos que são específicos do IPHAN; sem esquecer das boas práticas internacionais, onde longas pesquisas foram feitas e muitos profissionais foram envolvidos, aliás, muitos deles com especialização em patrimônio histórico.

Apenas para citar alguns deles, trabalhamos com o arquiteto Roberto Toffoli, Doutor pela USP recentemente, e que também participa, há dez anos, do Projeto Cidade Matarazzo, dentro do esforço da Concessionária de encontrar os melhores caminhos para manutenção e preservação desse bem tombado.

Pode seguir, por gentileza. Aqui temos um faseamento, talvez aqui atrás fique melhor para assistir, não estamos no módulo tela cheia, ali na outra tela, talvez fique um pouco difícil,

mas acho que dá acompanhar, tem leitura aqui. Passamos aqui pelos três momentos do complexo: o início, na inauguração , em 1940, com a Concha Acústica; a construção do tobogã; e a retomada de um ponto focal, que não sei se fica claro a todos, mas o Pacaembu, quando foi concebido, suas arquibancadas históricas que, hoje, passam por reforma, tinham como objetivo principal o ponto focal do centro do gramado, mas também o ponto focal da Concha Acústica, que passa a ser retomada com a esplanada, que é criada à frente do edifício multifuncional, para que esse retorno de atividades nessa esplanada possa potencializar o uso do térreo, como vai ficar mais evidente nos próximos *slides*.

Aqui são as fotos para mostrar, isso em 2019, quando a concessionária foi autorizada a entrar, o estado em que se encontravam as instalações que não estavam abertas. Se não me engano, a colega arquiteta Mariana fez a primeira pergunta à concessionária, e nós agradecemos a oportunidade de prestar os esclarecimentos. Essa apresentação vai ficar pública, e nós temos milhares de outras imagens que mostram o estado de degradação do Complexo.

Aquele era o Ginásio Poliesportivo, e essas são imagens da piscina e das suas instalações, por meio das quais nós vemos muitas patologias construtivas e uma série de outros problemas, como infiltrações e danos estruturais. O Complexo, apesar de ter sido muito bem construído pela Severo Villares, que tinha adquirido recentemente o acervo do escritório técnico Ramos de Azevedo, depois de 80 anos, precisava de uma intervenção um pouco mais intensa para que o patrimônio fosse mantido.

Ao longo das décadas, uma série de descaracterizações foram acontecendo e, de certo modo, elas estão sendo revertidas pela concessionária. Esta é uma das evidências: a antiga cabine de rádio e imprensa e as marcações da estrutura que sustentam a marquise na parte da Arquibancada Oeste, que tem assentos descobertos, que foi sendo povoada por uma série de puxadinhos, que agora foram removidos, apesar de a concessionária ter optado pela manutenção do volume original das cabines de rádio e imprensa, onde o espaço, que já estava bastante descaracterizado, como é possível ver na imagem à direita, será mantido.

Outras descaracterizações e uma série de patologias, com um olhar um pouco mais

cuidadoso, demonstram muitas infiltrações e outras invasões biológicas na fachada histórica. Para o devido tratamento disso, está sendo feita uma série de ensaios para que sejam identificadas as argamassas e qual o tipo de tratamento necessário, trabalho desenvolvido pela Fernanda Craveiro, outra consultora arquiteta que está trabalhando conosco no projeto e que tem na sua dissertação de Mestrado e na sua tese de Doutorado um foco bastante grande nesse tipo de trabalho técnico.

Esse tom alaranjado que se encontra na fachada da portaria da Rua Capivari também não é original e denota uma grande descaracterização da visão histórica do Complexo.

Esse é apenas um pequeno exemplo da mesma portaria, o “Mapa de Danos”, onde são identificadas as patologias existentes e, no projeto de restauro, encontram-se quais são as soluções para cada um dos tipos de problemas que estão sendo encontrados. Obviamente, não há só a portaria referente à Rua Capivari, mas todo o Complexo, cem por cento das edificações originais do Pacaembu, tem esse mesmo tipo de trabalho técnico.

Aqui mais algumas imagens do Estádio e das descaracterizações presentes no Complexo.

A questão da acessibilidade, que já foi tratada, eu vou pular pelo avançado da hora.

Essas são estruturas de madeira do engenheiro Erwin Hauff – um grande nome da Engenharia nacional, nascido na Áustria, mas que se mudou para cá durante a Primeira Guerra Mundial –, responsável pelos projetos das estruturas do Ginásio de Tênis e da estrutura do Ginásio Poliesportivo do Pacaembu, e pelo terminal do Aeroporto de Congonhas. São realmente estruturas com altíssimo valor histórico e arquitetônico, que estão sendo inteiramente restauradas pela concessionária dentro do Complexo como parte do seu Plano de Intervenções.

De novo, só para destacar que a conexão também já foi dita na minha fala inicial, respondendo à pergunta da colega arquiteta: a ideia da concessionária na intervenção foi seguir as diretrizes dos órgãos de patrimônio e recriar a conexão entre as duas unidades, o clube poliesportivo e o estádio de futebol.

Alguns diagramas de utilização da esplanada, que foi aquela praça, onde fica clara a

motivação do projeto em retomar esse ponto focal perdido da construção do tobogã.

A implantação – respeitosa, do ponto de vista da concessionária – da nova edificação cria uma oportunidade interessante de conexão entre os dois lados do vale, algo que não acontecia anteriormente devido à única portaria do Pacaembu que funcionava, a do portão 23, sendo que o portão principal e os demais portões só eram abertos quando havia jogos ou outros tipos de eventos, que deixaram de acontecer desde 2005 por uma série de fatores eu não tenho tempo para comentar agora.

Só destacando um pouco dos estudos e dos diagramas feitos pela equipe da concessionária para chegar ao conceito do empreendimento, de qual seria o melhor tipo de uso e o que deveria constar no programa do novo Complexo.

Aqui algumas imagens da maquete eletrônica, de como ficará o Pacaembu depois de restaurado; é perceptível que os espaços estão sendo requalificados.

Nesse espaço que hoje é apenas um estacionamento, está sendo criado um *boulevard*, onde a oferta de serviços vai ser bastante ampliada à população, com previsão de lanchonetes, restaurantes e algumas lojas que servirão especialmente aos frequentadores cotidianos do Complexo. Quanto aos carros, eles estão sendo redirecionados ao subsolo do Complexo.

Essa é uma imagem que deixa claro o retorno do gramado, fato bastante questionado quando da implantação do Pavilhão, uma estrutura temporária criada dentro do Complexo para abrir o espaço para que as pessoas possam entender que a concessionária está, de fato, empenhada em retomar os pilares de cultura e lazer que não estavam previstos. A ideia é que o Pavilhão abra o portão da Praça Charles Miller, a partir da segunda semana de junho, para visitação da população, que vai poder subir na Arquibancada Norte, onde fica o frontispício do Pacaembu – debaixo dela está o Museu do Futebol – e acompanhar diariamente a evolução das obras. Além disso, há uma programação cultural prevista para o Pavilhão com uma série de eventos que buscam, novamente, trazer um diálogo mais próximo com a população e desmistificar um pouco as questões que estão sendo tratadas de forma superficial.

Fica óbvio também que as edificações históricas do Clube Poliesportivo, as do Ginásio de Tênis, as do Ginásio Poliesportivo e as da piscina olímpica estão sendo totalmente restauradas e modernizadas.

Essa é uma imagem da esplanada, à frente da concha acústica, aquele ponto que existia no projeto original e que era totalmente bloqueada pelo antigo tobogã, mas que volta a existir com a implementação da nova edificação.

Aqui, só para explicar o que está acontecendo, dado que o convite a esta audiência veio com essa questão, atualmente nós temos a operação de uma infraestrutura temporária – a exemplo da estrutura temporária criada durante a pandemia com o primeiro Hospital de Campanha do País – para sediar eventos esportivos e culturais. Há uma agenda sendo feita para que a população volte a frequentar o Pacaembu, obviamente com restrições por conta das obras, e possa acompanhar a sua execução.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Eu queria perguntar ao Sr. Rafael se ele vai expor também as fotos que nós tomamos conhecimento pela imprensa, pela mídia, das demolições das arquibancadas, porque nós gostaríamos de ver o que está acontecendo lá no Pacaembu, qual é o quadro hoje; não do que vai ser, do que vocês estão projetando para o futuro, mas o quadro em que se encontra o Pacaembu atualmente. Gostaria de saber se V.Sa. tem essas fotos para nos mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sr. Rafael, siga com a apresentação e, em seguida, S.Sa. poderá responder à Vereadora Silvia.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – A pergunta da Vereadora é bastante pertinente, porque esse *slide* especificamente mostra exatamente isto: a primeira imagem deixa claro o início da demolição do tobogã; a segunda e a terceira imagens, respectivamente dos jornais *O Globo* e da *Folha de S.Paulo*, mostram a exata condição atual. A próxima imagem, a de baixo, é a mais recente e mostra as arquibancadas laterais Leste e Oeste

com o início do trabalho de escavação.

Um esclarecimento técnico à nobre Vereadora: o que está sendo feito atualmente nas arquibancadas laterais é o início do trabalho das contenções. Como para atender a população de uma forma mais adequada, com segurança, acessibilidade e conforto, as arquibancadas precisam ser modernizadas, o que está sendo feito é um trabalho de contenção, no qual são utilizados equipamentos de estaca raiz, que estão escavando o Complexo – mesmo que não apareça, já que o que se enxerga é apenas o terreno natural – para depois as estacas serem inseridas e o concreto ser bombeado para dentro a fim de que essa seja a primeira parte da estrutura de contenção.

O próximo *slide* mostra o acompanhamento dos órgãos públicos; algumas visitas são frequentes. Ainda nesta semana, nós recebemos a visita dos engenheiros do corpo técnico do Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei, do Tribunal de Contas do Município. Nessas imagens aparecem o Prefeito, o Secretário de Cultura, o Diretor Técnico da UPPH, os representantes do Tribunal de Contas; todos o nosso ponto de contato com os órgãos municipais e estaduais. Mais à frente, a placa da obra, o alvará, as publicações do Conpresp e do Condephaat, como era a arquibancada e como ela vai ficar, como era quando a concessionária começou e como ela vai ficar após as intervenções, ou seja, a mesma geometria.

Essas imagens das obras nas arquibancadas – que datam de 2020 e já haviam sido apresentadas aos Conselhos e à sociedade, em última análise –, são do Caderno 1, que está aqui na mesa e disponível também no Processo SEI a qualquer pessoa que queira conhecer o trabalho da concessionária.

Essa é a metodologia que estava sendo descrita por mim há pouco. O primeiro *slide* mostra o início, a demolição das descaracterizações da Arquibancada Oeste, depois foram cravadas as estacas, como mostra o segundo *slide*, e o início da escavação e a criação do concreto projetado para as paredes de contenção, como mostra o terceiro *slide*, tendo em seguida sido implementadas as linhas de tirante, que são necessárias para o grampeamento do solo para que a contenção seja efetiva. A sequência de *slides* mostra a parede de contenção

cem por cento executada com os tirantes, e as imagens seguintes mostram a reconstrução dos elementos estruturais necessários para que a bancada seja recomposta, os conjuntos de pilares e vigas jacaré. Por último, a recomposição total das arquibancadas, com a criação apenas dos novos elementos, que são os vomitórios, que é por onde o público acessa banheiros e lanchonetes e por onde também quem tem restrição de mobilidade, as pessoas com deficiência acessam os níveis intermediários da arquibancada.

Essas são algumas imagens dos projetos técnicos, que também já constam nas Secretarias e nos órgãos do Patrimônio.

O último *slide* mostra o projeto da parede de contenção e um corte perspectivado para quem tem curiosidade de entender como é a dinâmica do edifício novo, estacionamento, Centros de Eventos e Convenções, esplanada no mesmo nível do clube, refazendo a conexão que foi perdida e, na sequência, o edifício multifuncional.

Esse é o fim da apresentação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Sr. Rafael, pela apresentação.

Dando sequência, às falas, eu passo a palavra, por três minutos, à Sra. Ana Maria Wilhelm. (Pausa) Não está presente. A próxima é a Sra. Maria das Graças Cremon. (Pausa) Não está presente. Sra. Assunción Blanco.

A SRA. ASSUNCIÓN BLANCO – As falas aqui começaram com a desqualificação das manifestações, porque pinça um artigo do contrato. Ótimo. Depois, ele pinçou as coisas que lhe interessavam, e é assim que funciona, porque só se trabalha com o que interessa. O que interessa para a concessionária, está tudo certo; o que não interessa, ela não citou.

Eu vou retomar um tópico anterior, o edital. Quando se fala em edital, as pessoas já pensam em voltar atrás numa concessão já feita, mas foi como eles usaram e pinçaram do edital para justificar o reequilíbrio econômico/financeiro apresentado na oitiva feita nesta Casa. Então, pinçaram o que lhes interessava; todo o resto, não. Não respeitaram um único item do edital, tanto que quem ganha a concessão é uma empresa, mas quem assina o contrato é outra.

Portanto, para mim, esse edital tinha que ser anulado ou então o segundo colocado teria que assumir a concessão. É assim que funciona.

O edital tem uma série de exigências que não foram cumpridas, como por exemplo, funcionários em cargo público. Depois eles vieram reclamar como primeira alegação a perda de 75 mil metros quadrados para 65 mil, referente a uma matrícula que existia na época da doação de toda a área. Mas também é muito claro no edital que eram informações não vinculantes, ou seja, não queria dizer que a metragem estava analisada ou referendada. Além disso, o edital era para o Estádio do Pacaembu e não para a praça e toda a área, e eles assinaram esse contrato.

A segunda alegação foi a perda na receita na pandemia. Eu não conheço quem não tenha perdido, não foram só eles. Os 45 milhões do Hospital de Campanha que eles citaram – que eu até pensei que eram 38 milhões, mas eles disseram na oitiva que eram 45 milhões –, não foram eles que receberam, e sim a Progen, porque foi ela que ganhou a concessão, não eles. Então, nesse caso, também pinçaram o que lhes interessava.

A terceira alegação foi a demora nas licenças. Todo mundo sofre com a demora na licença, e isto também está muito claro na legislação: se perder o prazo, pode começar a obra.

Eu também trouxe uma série de questões que eu gostaria que os Vereadores ficassem atentos. Mesmo que todos os órgãos tenham dado as licenças ou tenham aprovado, o artigo 26 da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que está em vigor, diz que demolição e destruição ficam sujeitas à multa, extinção de transferência de potencial e devolução do valor correspondente ao potencial construtivo transferido referenciado no cadastro de valores da outorga onerosa, que é outra coisa que a Prefeitura deixou para a concessionária, mas ela não é dona do bem, o bem é da Cidade e nenhum Prefeitinho que esteja ocupando a cadeira tem autoridade para abrir mão de um bem público, um bem da Cidade, e quem está com a outorga é a concessionária. Isso eles também não colocam na conta. Eles só colocam o que eles perderam; o que eles ganharam não entra na conta. Então, só se pinça o que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Sra. Assunción.

Tem a palavra a Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todas e todos. Eu queria dizer que nós resolvemos chamar esta audiência pública a partir do momento em que nós tivemos contato com as fotos e as imagens das demolições que estavam ocorrendo dentro do Estádio do Pacaembu, que nos chamaram muito a atenção por nós julgarmos que estava sendo cometida ali uma ilegalidade, e é isto que eu vou tentar demonstrar, uma tese de que aquilo está dentro de uma ilegalidade.

Primeiro, eu queria dizer que as palavras utilizadas pelo Sr. Rafael são muito bonitas: requalificação, ressignificação. São palavras bonitas e bem diferentes de demolição, destruição, mutilação. Uma coisa é requalificar um espaço, outra coisa é destruir um espaço ou um patrimônio para construir outra coisa no lugar. São coisas completamente distintas.

Eu queria demonstrar, pelas legislações que nós temos, tanto as nacionais quanto as municipais, o quanto isso está fora da lei. A Resolução nº. 5/1998 do Condephaat diz em relação ao patrimônio do Pacaembu: “Fica tombado o Estádio Paulo Carvalho de Machado, Pacaembu, como estádio de futebol e o complexo esportivo a ele anexo, composto pelo ginásio de esportes, quadra de tênis, piscina olímpica e demais instalações localizadas no perímetro delimitado pelas seguintes ruas” e vai fazendo a citação. Então, o estádio, o complexo é tombado pelo Condephaat.

O que diz o nosso artigo 172, parágrafo 1º do Plano Diretor, da lei urbanística que rege a cidade de São Paulo: “remetendo a Lei. 10.032, em nenhuma circunstância, o bem tombado poderá ser destruído, demolido, mutilado”. Isso não pode acontecer. Está fora da lei, doutor. Porque exatamente essa Lei 10.032 que é a lei do tombamento, em seu artigo 21 diz: “o bem tombado só poderá ser reparado, pintado, restaurado com prévia autorização”. Não pode existir uma autorização para demolir. Só pode existir uma autorização para restaurar.

Veja: restaurar é muito diferente de demolir. Não se pode demolir uma casa para construir outra no lugar, se restaura. Nunca vir um patrimônio histórico ser tombado e, simplesmente, vir abaixo para construir outra coisa no lugar.

Através das obras e da tecnologia pode-se restaurar, o que é completamente distinto.

O que vocês estão fazendo no Pacaembu é uma demolição de um patrimônio histórico, tombado. Então, do meu ponto de vista, isso está ilegal.

É um absurdo que o Prefeito Ricardo Nunes esteja visitando as obras e não esteja vendo. Como assim? Nós queremos visitar, enquanto Casa Legislativa, Câmara Municipal de São Paulo, Comissão de Política Urbana, vamos fazer um ofício querendo visitar o Pacaembu para saber o que está acontecendo lá. Chegaram para nós as fotos.

Por último duas coisas: primeiro, sobre a Praça Charles Miller. É outro tema. O tema da praça discutimos nesta semana, numa reunião técnica chamada pela Comissão de Política Urbana, chamada pelo Vereador Donato, em que nós estamos questionando duas coisas, primeiro se há mesmo a necessidade de reequilíbrio financeiro alegada pela Allegra. Tem uma série de questionamentos sobre isso. Se há necessidade de reequilíbrio financeiro, se isso tem que ser feito através da concessão da Praça Charles Miller, porque, do nosso ponto de vista, é uma outra coisa completamente diferente do complexo Pacambu, inclusive, pertence a dois entes: Secretaria de Esportes; a Praça, Secretaria de Subs. A praça não deve fazer parte dessa concessão nem se tiver que haver esse reequilíbrio financeiro.

Outra coisa que ao Dr. Rafael coloca sempre é que é público e não vai deixar de ser. Há um equívoco nessa afirmação porque é muito diferente aquilo que é público e estatal daquilo que é público concedido à iniciativa privada. Se fosse a mesma coisa não precisaria ter concessão durante 35 anos para Allegra e a gestão. Quando existe uma concessão, a gestão é do bem privado, da empresa privada, não mais do órgão público.

Então, é muito diferente uma praça pública que está sendo administrada pela Prefeitura de uma praça que foi concedida pela iniciativa privada. É só a gente ir no Anhangabaú, onde não se pode andar mais, porque está cercado. Não é mais a Prefeitura que manda, mas, sim, a iniciativa privada.

A concessão é um mecanismo dentro da lei, mas nós podemos questionar aquilo que pode aquilo que não pode ou não deve ser parte de uma concessão. Do meu ponto de vista, uma praça pública não deve ser parte de uma concessão para a iniciativa privada porque as

pessoas precisam utilizar a praça de forma pública e irrestrita.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu queria fazer uma consulta ao Sr. Carlos Augusto Mattei Fagin, do Condephaat. Se gostaria de falar agora que está online.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Por favor, a palavra está com o senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN – Com muito prazer.

Evidente que eu sei que tenho um tempo reduzido. Ao longo desta audiência, muitos questionamentos foram colocados e muita coisa eu poderia dar alguma informação, mas vou me ater um pouco às últimas intervenções, Vereador, esclarecendo algumas coisas que eu sei que não são da perfeita compreensão da sociedade. Isso até uma responsabilidade do próprio Condephaat. Precisa se fazer mostrar o que se faz no Condephaat.

Eu vou esclarecer com relação ao comportamento do Condephaat em vista desse bem imóvel tombado.

O Condephaat é um órgão autônomo, um conselho não remunerado, composto por 24 pessoas, escolhidas pela sociedade civil, universidades públicas e pelo próprio governo do Estado.

Eu presido o Condephaat com muita honra há três mandatos. Conheço bem porque já fui, por oito vezes, conselheiro do Condephaat. Ele não projeta. Não é um júri de concurso de arquitetura. O Condephaat operou diante dessa concessão que é de uma lei estadual, não é ao Condephaat que ela deve a sua existência, ao Poder Judiciário do Estado e ao Poder Executivo também.

O Condephaat tem o estádio do Pacaembu - e da Praça Charles Miller – um bem imóvel tombado. O que é uma coisa de grande importância para a cidade de São Paulo.

Eu diria que o Estádio do Pacaembu é um brinco para a cidade de São Paulo. Não é só por isso que o Condephaat respeita esse bem tombado. É porque o Condephaat, parte da sociedade, entende que a sociedade também o respeita.

O que eu quero dizer ao ilustre Vereadora e às pessoas que estão nos assistindo é o seguinte: quando foi feito o concurso licitatório, apareceram cinco concorrentes. Um deles foi, de pronto, desclassificado porque não entendeu o que era essa licitação. Os outros quatro concorrentes foram apresentados ao Conselho para que o Conselho opinasse se eles atendem às diretrizes de tombamento do estádio do Pacaembu. As diretrizes do tombamento são uma espécie de regulamento do que pode e do que não pode ser feito no estádio.

A unidade técnica do Condephaat analisou as quatro propostas, digamos, considerando aquelas que atendiam a diretriz, aquelas que atendiam parcialmente e aquelas que não atendiam. Esse foi o trabalho do Condephaat entregue à Prefeitura de São Paulo, que é proprietária do complexo esportivo para que ela resolvesse a quem fazer essa concessão – todos sabem que é um processo bastante complexo que envolve, também, dinheiro, concessão financeira. O Consórcio Progen Allegra Pacaembu foi o escolhido.

Desde o início essas pessoas foram ao Condephaat e foram bem atendidas no Condephaat. Têm mantido com o Condephaat um contato praticamente constante. Tudo aquilo que está sendo feito e que será feito no Pacaembu passou pelo crivo do Condephaat e foi aprovado.

Quero dizer que não há nada que infrinja a legislação de tombamento do complexo do Pacaembu e muito menos as diretrizes de projeto.

É claro que, para um leigo, presenciar a demolição de uma arquibancada não é uma coisa comum. Eu consigo entender isso. No entanto, o que foi autorizado foi a construção de dois ou três andares embaixo dessa arquibancada. Para que isso aconteça, a arquibancada existente teve que ser demolida. Vai ser construída uma arquibancada com uma condição estrutural muito melhor do que a anterior. Há fotografias de como se encontrava essa arquibancada que já não tinha mais condições de receber o público para o qual ela foi projetada. A nova arquibancada terá essas condições. Não é uma decisão minha, mas do Conselho e da unidade de preservação do patrimônio histórico do Condephaat. Esse é o aval da nossa responsabilidade pelo que está acontecendo lá e a responsabilidade que se estenderá até o final

dessas obras.

O Condephaat não deixou de cumprir o que a determinação legal nos faculta e nos obriga. Isso está sendo controlado diariamente pelo corpo técnico e aprovado pelo conselho quando isso é necessário.

É bom que isso fique claro porque o Condephaat é um órgão que trabalha para a sociedade. Essa é a nossa responsabilidade, a qual será sempre cumprida. Nós temos normas e regulamentos que são sempre considerados. Tudo o que é feito na obra do Pacaembu passa pelo Condephaat, é analisado, com uma manifestação favorável ou não para que aquilo seja realizado.

Vocês podem notar, se alguém já foi lá, o campo de futebol antigo do Pacaembu já não era possível ser utilizado; a pista de atletismo – vamos considerar que ela poderá ser refeita – não obedece mais nenhuma norma internacional, tem menos de oito raias, nenhum concurso atlético internacional poderá ser realizado lá; no entanto, ela será reconstruída na medida de antes da intervenção nessa pista; o campo de futebol também não obedece as normas internacionais, no entanto, houve um compromisso firmando entre as partes no sentido de que a Copa Final de São Paulo Futebol Júnior no início de 2024 será jogada no estádio do Pacaembu como todas as outras foram, enquanto a pandemia permitiu.

Essas questões que estou falando muito depressa são questões de honra para o Condephaat. Não é uma questão de opinião.

As pessoas podem ficar assustadas com uma demolição, mas ficarão muito satisfeitas de verem que as novas arquibancadas serão exatamente iguais à anterior. Saibam que as arquibancadas laterais do estádio são curvas e não retas como parecem. As futuras, serão curvas também. Essa que é uma questão técnica e estética, de honra e de critério para o Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e sempre o será.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Sr. Fagin.

A próxima inscrita é a Sra. Renata Esteves, Defesa São Paulo. (Pausa) Quem vai falar? Antônio Zagato. (Pausa)

Sr. Maurício Portugal Ribeiro, da Portugal Ribeiro Advogados.

O SR. MAURÍCIO PORTUGAL RIBEIRO – Sras. e Srs. Vereadores, sim, sou representante da Allegra, advogado e professor da FGV, na área de modelos regulatórios.

Acho que vale à pena começar dizendo que esse é um processo que, da perspectiva das melhores práticas da estruturação de concessões, segue, à risca, o que se tem feito tanto no âmbito do Brasil quanto no âmbito internacional.

O choque que a gente percebe com a demolição e com todo o problema que ela causa para um olhar não técnico, para mim, como alguém que trabalha com isso há muitos anos me parece uma coisa absolutamente natural e esperada, mas, certamente, como bem falou o Condephaat, essa é uma questão temporária e, logo a seguir, será evidenciado o cumprimento das regras. Mas, enfim, essa é uma questão de engenharia e arquitetura, e não quero tratar disso.

A primeira manifestação falou sobre o projeto não ser vinculante. É o projeto que o Poder Público estabeleceu dentro do edital. Ora, isso é uma coisa que faz parte de todas as concessões e PPPs. Hoje no país, qualquer concessão do âmbito estadual e federal os projetos não são vinculantes. O que é que se faz nos editais de concessão e PPP? Estamos falando de contratos de trinta, quarenta, vinte cinco anos. A ideia é que se estabeleça os resultados que se espera desse contrato e que se delegue ao concessionário as opções, os meios para que ele chegue a esses resultados.

Como é uma licitação, quem conseguir fazer o desenho mais eficiente, seguindo as regras, nesse caso, de patrimônio, como bem disse o Presidente do Condephaat, vai ganhar a licitação. Foi isso o que aconteceu aqui.

Vocês estão falando com a empresa que conseguiu a proposta mais eficiente de exploração da área. Vai devolver para o Poder Público uma área completamente restaurada, renovada, com base em investimentos privados. Investimentos que não seriam feitos se o Poder

Público continuasse operando esse estádio porque esses valores, na ordem de 400 milhões de investimento mais 100 milhões pagos ao Poder Público, certamente, se viessem dos cofres públicos teriam outras prioridades, iriam para a saúde e a educação.

Então, estamos trazendo dinheiro da iniciativa privada para restaurar um patrimônio que é público, o qual será devolvido para a sociedade.

O esforço que a empresa faz para isso é uma coisa que não é trivial. Colocar 400 milhões dentro de um contexto de uma sociedade que, muitas vezes, tem dificuldade de entender que os resultados virão e que serão devolvidos para a sociedade. Esse é o primeiro ponto que eu queria abordar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Mais um minuto, Sr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO PORTUGAL RIBEIRO – Eu queria abordar, também, um segundo ponto que é essa coisa que a gente vê muito como Advogado, Professor de Direito e Jurista, que é interpretar o direito às tiras.

Eu estava vendo as manifestações. É muito comum se pinçar um artigo de lei sem a compreensão de como aquilo é interpretado no contexto do ordenamento jurídico como um todo, como, por exemplo, foi lido um trecho do contrato que é um trecho que traz uma série de diretrizes a serem consideradas pelo concessionário, quando faz a sua proposta, mas a aprovação final dos projetos é do Condephaat, é dos órgãos de patrimônio que são responsáveis por definir se as intervenções que estão previstas são intervenções adequadas.

Então cita-se o dispositivo que é anterior ao momento da aprovação do projeto, que serve como diretriz para a proposta na licitação, como se isso fosse algo vinculante. É uma interpretação dos direitos às tiras que é muito comum entre nós, mas que é uma coisa técnica. Felizmente a gente tem os órgãos o patrimônio - a gente ouviu aqui a manifestação do seu Presidente - que têm a capacidade de fazer essa interpretação considerando o ordenamento como um todo.

Era isso que eu tinha a falar, esse esclarecimento que eu queria fazer. Agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Sr. Maurício.

Então, Vereador Annenberg, eu vou passar a palavra para o Vereador Celso, que tinha pedido antes, depois o próximo Vereador a falar é o senhor. Passo a palavra para o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Celso, um minutinho.

Presidente, também gostaria de me inscrever, porque eu tenho uma pergunta para fazer para o representante do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay, Vereador Toninho Vespoli inscrito também.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa, vereadoras e vereadores, Dr. Artur aqui representando o Ministério Público, representante do Executivo, representantes da sociedade civil. É importante a gente estar aqui para ouvir tudo que está acontecendo.

Há muito tempo a gente vem percebendo, o Dr. Maurício colocou muito bem e ele usa a palavra “pinçar”. A gente observa que esse processo de concessão do Pacaembu começou como então Prefeito João Doria, que depois virou Governador, depois pinçou membros do Condephaat, aparelhou o Condephaat em 2019. E o Condephaat, que deveria se prestar a fazer a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de São Paulo, passa tudo, ali passa tudo, da forma como ele ficou aparelhado.

O Estádio do Pacaembu, uma obra arquitetônica maravilhosa, um patrimônio do Município de São Paulo, sendo entregue à iniciativa privada, uma concessão, que a gente acha absurda. Mas, enfim, ela foi feita. A gente é contra, foi contra desde o começo. Eu não estava aqui na Câmara Municipal no momento da aprovação dessa concessão, mas nós nos colocamos muito contrariamente a essa forma de entrega do patrimônio público à iniciativa privada. O poder público também tem condições de fazer essa melhoria do bem público, deixando que ele seja acessível ao público.

Agora, eu vim aqui também para entender um pouco por que a concessionária quer

avançar sobre o bem público, quer, além da concessão do Estádio, avançar sobre a Praça Charles Miller, o que é um absurdo. O Pacaembu só já é um absurdo com a demolição das arquibancadas, que eram tombadas. Agora, avançar sobre a Praça Charles Miller, sob a alegação de que houve um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato...

Essa concessão é de longo prazo. A Allegra Pacaembu é uma empresa grande, tem condições de amortizar durante todos esses anos esse eventual prejuízo que não só essa concessionária teve com a pandemia, mas todos tiveram. Imagina se todas as concessionárias acionarem a Prefeitura por conta do desequilíbrio econômico-financeiro dos seus contratos em função da pandemia, a Prefeitura quebra, quebra a cidade de São Paulo. Falar no avanço, falar na tomada da Praça Charles Miller em função do desequilíbrio econômico-financeiro é inconcebível. Nós nos colocamos totalmente contrários, aqui na Câmara Municipal. A gente não vai permitir que isso vá adiante, porque é uma afronta. Já foi o Estádio, agora a Praça. Isso não é possível.

A empresa Allegra tem condições e faz parte, Presidente Eliseu, do risco do negócio, já que ela assumiu isso, estava embutido. No projeto inicial, quando a empresa veio participar da concessão, da licitação, estava embutido o risco do negócio. Isso faz parte e a gente não vai admitir que eles abocanhem também um bem público, que é a Praça Charles Miller.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador Celso Giannazi, obrigado.

Agora passo a palavra para o Sr. Arthur Antônio Tavares Moreira Barbosa, da Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de São Paulo. Por favor, com a palavra, Sr. Arthur.

O SR. ARTHUR ANTÔNIO TAVARES MOREIRA BARBOSA – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Suplicy, pelo convite, e a todos os vereadores por esta importante iniciativa.

Primeiramente, eu, como representante do Ministério Público, vim aqui muito mais para ouvir os elementos trazidos pela sociedade, pelo poder público, pelo Legislativo, do que para falar. Mas como foi dada essa generosa oportunidade de poucos minutos, eu vou aproveitar

para fazer um pequeno esclarecimento sobre a atuação do Ministério Público nesse caso.

O Ministério Público é um órgão fiscal da lei e, como fiscal, não pode, a princípio, ter partido, estar de um lado ou de outro lado. Nós vamos analisar o que a legislação diz, o que a Constituição diz, e buscar os elementos que entendemos corretos em cada caso.

Nesse caso específico do Pacaembu, nós temos três promotorias diferentes incumbidas do caso. Nós já tivemos atuação judicial dela em duas dessas promotorias, às quais eu não pertencço, mas sobre as quais tenho um pouco de conhecimento. Tanto a Promotoria do Patrimônio Público deu um parecer na ação civil pública proposta pela Associação de Bairro buscando a nulidade de parte dessa contratação, mas Justiça estadual entendeu contrariamente ao parecer ministerial. No momento, nós estamos aguardando o julgamento do recurso, pelos desembargadores, dessa ação.

Com relação à Promotoria do Meio Ambiente, que trata das questões mais importantes, porque, como a gente ouviu aqui, a questão do patrimônio cultural, do tombamento, essa é uma incumbência da Promotoria do Meio Ambiente e ela também buscou, desde o início, os questionamentos a respeito do tombamento, mas também o Tribunal de Justiça acabou entendendo pela legalidade da demolição.

Por fim, atualmente temos algumas questões pendentes. E agora eu falo da minha promotoria, que tem uma participação residual nessa análise, porque nós não atuamos na questão do tombamento nem na questão da legalidade da concessão, mas, sim, na questão urbana e, em razão dessa questão urbana, nós temos feito algumas reuniões na Promotoria. Inclusive nessa plateia aqui nós temos algumas pessoas que já participaram dessas reuniões, tanto do lado da concessionária quanto do lado do Executivo quanto da sociedade civil.

Atualmente, o nosso papel tem sido buscar verificar os elementos principais sobre a alegação do poder público municipal a respeito da inexigência da criação de um conselho gestor para essa área. Eles trouxeram inúmeros argumentos jurídicos que foram objeto de, no mínimo, duas reuniões presenciais na Promotoria, com representantes da sociedade civil, da Associação, dos conselhos participativos.

E atualmente nós encaminhamos toda essa argumentação técnica e jurídica para o nosso órgão técnico, que é o Caex, que dentro do Ministério Público nós temos inúmeros técnicos e peritos que vão conseguir analisar essa questão, fazendo uma interpretação inclusive interdisciplinar com os demais PIUs. Nós temos inúmeros PIUs dentro da cidade de São Paulo e no PIU Pacaembu estava-se alegando a desnecessidade. Apesar de o decreto fazer essa exigência, o poder público estava alegando a desnecessidade, então nós passamos isso.

A previsão de entrega do parecer técnico do Ministério Público é no mês que vem agora, de junho. Então em breve a gente deve ter esse retorno para a gente poder ter uma posição mais sólida a respeito da necessidade ou não de criação. Com a apresentação desse parecer a gente vai ter elementos para novamente, se eles entenderem pela necessidade, nós unirmos de novo concessionária, poder público municipal, a sociedade civil para debater como isso pode ser feito nos próximos momentos.

Só para finalizar, além da questão do conselho gestor, que está atualmente em trâmite na minha promotoria, o último andamento dos últimos meses que está muito em voga é a questão da Praça Charles Miller, como já foi muito mencionado aqui hoje. É uma questão essencial para a Cidade. Atualmente nós temos... Eu queria até...

Eu vim aqui também para ouvir o poder público municipal, que eu sei que foi criado um grupo intersetorial para fazer esses estudos. E eu sei também que essa questão que é relevantíssima, está sob análise do Tribunal de Contas do Município. Então, atualmente nós estamos aguardando o parecer tanto do Município quanto do Tribunal de Contas do Município, para a gente verificar se há ou não alguma ilegalidade nesse pedido de reequilíbrio que envolve a questão da Praça Charles Miller.

Só para terminar mesmo, eu gostaria de, primeiro, aceitar o convite feito pela concessionária, que eu achei de muito bom grado, eles fizeram o convite para todos aqui, todos os representantes, sobre a visita. Se possível, na semana que vem a gente gostaria, talvez na própria sexta-feira, daqui a uma semana.

Como foram já lá a Secretaria da Cultura, prefeitos, tanto a sociedade civil como

representantes do Legislativo, seria interessante, se possível, talvez na sexta-feira que vem, nesse mesmo horário, 14h30, nós comparecermos para ter uma dimensão, ter uma questão muito técnica que foi mostrada. Então eu agradeço esse convite feito, gostaria de aceitar.

E, se possível também, bem no finalzinho da apresentação, uma apresentação longa que foi resumida, é interessante... Eu estava dando uma olhada aqui nos materiais. Agora, no finalzinho, o último *slide*, se não me engano estava assim: Projetos para a Praça Charles Miller, e aí encerrou a apresentação e a gente não viu o finalzinho. Não sei se vocês repararam, mas estava lá no último *slide*, que era o que eu queria ouvir. Então, se possível, eu gostaria de eventualmente até alterar a ordem, para eles poderem passar o último *slide* que falava das propostas da concessionária para a Praça Charles Miller, que hoje é um dos temas mais importantes em voga.

Agradeço de novo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – É a proposta, desde que fosse concedida, não é? Que ela não está concedida, não é isso?

O SR. ARTHUR ANTÔNIO TAVARES MOREIRA BARBOSA Sim, mas é que agora, como houve o pedido específico, se já tem o pedido é porque tem uma proposta. Se tem uma proposta, seria interessante a gente entender exatamente essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu acho que *okay*, se você... Enquanto a assessoria... Está fácil de colocar isso? Porque o próximo a falar é o Vereador Daniel Annenberg. Ele pode ir falando enquanto a assessoria acha esse *slide*, essa imagem. E a gente daria um minuto para o Sr. Rafael dar uma explicação bem rápida.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Existe uma apresentação...
- Falas concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ah, já está na... Então, Vereador Daniel, o senhor espera um pouquinho, que então o senhor... em um minuto e meio o senhor conseguiria falar?

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Eu vou tentar falar bem

rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Porque tem muita gente para falar aqui, que não dá tempo. Vamos lá, Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Primeiro, reitero o convite a todos e, se possível, na sexta-feira, se os senhores comparecerem, vai ser um prazer recebê-los lá.

Com relação à proposta para a Praça, obviamente é um projeto preliminar que foi apresentado durante o mês de agosto. Mais precisamente no dia 18 de agosto do ano passado, a concessionária apresentou à Secretaria de Esportes e à Secretaria de Governo o primeiro pleito de reequilíbrio contratual.

É um volume bastante extenso. Até se o doutor quiser olhar, ele está aqui, o pleito de reequilíbrio.

Depois esse pleito ensejou uma série de interações que foram encerradas no final de dezembro do ano passado. Desde então a concessionária não foi mais incitada a apresentar para o Governo Municipal documentações referentes a esse pleito.

É um prazer poder falar sobre a Praça. A gente falou bastante sobre a Praça na última comissão. E há uma apresentação completa, não só com esse desenho, mas, enfim, com uma série de informações relevantes para a total compreensão do pleito de reequilíbrio e do porquê da inclusão da Praça.

Falando especificamente da Praça Charles Miller, quando houve esse...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu que estou dirigindo. Por favor, o senhor dá licença, eu estou dirigindo, por favor. Eu estou sabendo. Por favor, eu estou acompanhando aqui. Por favor.

Sr. Rafael, peço que conclua brevemente, com muita rapidez, por favor.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Pois não, então não vou entrar no detalhe das razões que motivaram a concessionária a apresentar a Praça Charles Miller como uma das opções para o reequilíbrio contratual.

Vou me ater à proposta que está na tela dizendo que o objetivo da concessionária, mais uma vez, é requalificar o espaço criando uma oferta de lazer e esportes que hoje inexistente na Praça. A Praça hoje é um grande estacionamento árido, subutilizado, que recebe de vez em quando alguns eventos e tem presença cotidiana com a feira livre que acontece, se não me engano, duas vezes por semana.

A ideia é potencializar os usos que já ocorrem para eventos e feira, mas também incorporar no programa da Praça, dado que a proposta da concessionária inicial era de fazer 37 milhões de reais de investimento na Praça, concomitante aos investimentos que estão sendo realizados dentro do Pacaembu, para que a oferta esportiva dentro do complexo seja ampliada também para a Praça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

Eu passo a palavra agora para o Vereador Daniel Annenberg e, em seguida, para a Sra. Stela Da Dalt, pesquisadora da FAU e do IAU, Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

Vereador Daniel Annenberg, por favor, com a palavra, sempre com muita rapidez, se puder, Vereador.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Boa tarde a todas e todos.

Pode deixar, é rápido, Sr. Presidente. Primeiro agradecer. Acho que está sendo muito esclarecedora essa apresentação. Queria agradecer ao Rafael pela oportunidade, porque eu não conhecia o projeto. Aliás, esse é um dos assuntos que é importante discutir.

A questão da comunicação, Rafael, a gente precisa ter uma comunicação inclusive melhor da concessionária, para que a gente conheça e vá acompanhando o que está acontecendo. Porque a questão é complexa e eu acho fundamental que uma audiência dessas, Sr. Presidente, tem nos ajudado sem sombra de dúvidas a entender melhor a questão. Então é um dos pontos - e eu sabia muito pouco sobre o assunto - que eu quero reforçar. E eu concordo com o Sr. Arthur, eu acho que é muito importante que a gente faça uma visita também ao complexo, para conhecer com mais detalhes o que está acontecendo. E eu sugiro que a

Comissão de Educação, Cultura e Esportes acompanhe essa visita, para conhecermos com mais profundidade. Essa é uma proposta que eu estou colocando.

E acho que um dos pontos importantes é que esta audiência está ajudando a esclarecer, mas o problema é bem mais complexo e demanda um acompanhamento maior. E quero colocar que foi muito importante também o esclarecimento do Sr. Carlos Fagin, do Condephaat, para entender melhor o que está acontecendo.

E eu acho que uma das grandes questões que o advogado, Dr. Maurício, se não me engano, falou, é o acompanhamento dessa concessão. E aí a pergunta ao poder público municipal, para saber como está sendo o acompanhamento dessa concessão, porque isso eu acho que é muito importante a gente conhecer um pouco mais. E não só agora, mas ter um acompanhamento constante, porque esse é o assunto que muitas vezes aparecem muitas dúvidas que ficam no ar. Como é que vai ser a demolição e depois a reconstrução da arquibancada? Tudo isso com acompanhamento do poder público municipal mais constante, a gente consegue, sem sombra de dúvida, saber o que está acontecendo.

E dizer da importância, no meu modo de entendimento, da questão do conselho gestor, porque eu acho que uma das grandes questões, e já terminando, Sr. Presidente, é a questão do acompanhamento de toda essa obra e do que vai acontecer daqui até quando será entregue pela concessionária o novo Pacaembu, no sentido de estar pronto. É isso que a gente precisa conhecer um pouco mais.

E aí, para encerrar mesmo, eu reforço, Sr. Rafael: obrigado pelos esclarecimentos. Achei a apresentação muito boa, mas seria muito importante que a comunicação não só com a Câmara Municipal, mas com a sociedade civil, e a gente vê aqui várias associações, pudesse ir acompanhando mais pari passu, de fato, todo o processo. E aí uma comunicação melhor nesse sentido é fundamental, porque muitas vezes a gente acaba acompanhando pelos jornais e isso muitas vezes pode até deturpar algumas coisas. A importância, de fato, de que é a comunicação seja melhor.

Então, pergunta para o poder público municipal sobre a questão de quem está

acompanhando pelo Governo Municipal. Dizer que acho fundamental que a gente faça a visita pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Daniel.

Quero chamar a Sra. Stela Da Dalt, pesquisadora do IAU. Com a palavra.

A SRA. STELA DA DALT – Alô. Vocês me escutam? Aliás, eu acho que vou extrapolar um pouquinho o tempo. Eu já cronometrei e vi que infelizmente vai passar um pouquinho. Já deixo avisado.

Bom, meu nome é Stela. Obrigada pelo convite. Eu acho que a gente tem uma oportunidade única hoje, aqui, porque essa reunião de pessoas nunca aconteceu. As audiências públicas ocorreram todas num momento anterior, a Allegra nem estava ainda na conversa, então eu acho que é histórico, de fato, este momento. Acho que a gente está participando de um momento muito importante do acompanhamento do processo da concessão do Pacaembu.

Então eu acho que a gente tem que entender também que essa concessão não se circunscreve apenas a esse Governo. Ela já foi proposta diversas vezes, não foi apenas em 2008. Já desde a época do Maluf se falava em conceder o Pacaembu. E por conta disso a gente tem que entender que tem objetivos e interesses políticos e econômicos por trás, não meramente técnicos nem meramente preservativos do bem. Então acho que sempre houve, também pela minha pesquisa que eu tenho desenvolvido, a percepção por grande parte da população de uma recusa que fosse privatizado, vendido ou qualquer outra forma de PPP no Pacaembu, mas existia muito uma tentativa e uma... propostas dos times de futebol de assumir a concessão do Pacaembu. E a partir de 2000 e... a partir dessa última concessão, houve uma mudança, enfim, de perspectiva no futuro do Pacaembu.

Então, o que aconteceu atualmente na concessão foi que a Secretaria de Esportes, que administra o bem, parcialmente participou do processo. Houve um envolvimento muito maior na parte da modelagem e de toda a recepção de proposta da Secretaria de Desestatização, inclusive, com a SPP, com a SP Urbanismo. E essa fragmentação no processo cria toda uma

condição difícil de entender como um todo, porque cada pedacinho foi feito com uma rapidez impressionante. A partir de um momento, já não dava mais para voltar atrás e nem para discutir. Aqui na Câmara foi aprovado antes de ter projeto. Foi aprovado assim, o cheque em branco, em 2018, para concessão do Pacaembu - ou 2017 até, posso até estar errada.

Então, além dessas constatações, elas também são técnicas, porque eu sou pesquisadora. Tenho estudado toda a documentação, acompanho, mas faria bastante diferença se a gente tivesse um grupo gestor, porque além de pesquisadora, também sou conselheira participativa. Estive com o Dr. Arthur nas reuniões, entrevistei vereadores, inclusive, convido outros vereadores que tenham participado desse processo, se eles puderem me dar entrevista, vai fazer muita diferença para o meu trabalho. Mas, eu acho que o grupo gestor é o ponto principal de briga que a gente tem que emplacar. A Maíra estava na reunião, ela lembra como foi a conversa e não tem justificativa para não ter o grupo gestor. Assim, eu sei que você tem uma justificativa. Eu não concordo com ela, tá? (Riso)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. STELA DA DALT – Eu sei, é verdade, na SP Urbanismo. Mas, a SP Urbanismo poderia estar aqui também, porque isso é outro aspecto. O PIU Pacaembu foi feito, e é o PIU Pacaembu que fala que tem que ter um grupo gestor. E, aí, agora a SP Urbanismo fala que não tem que ter grupo gestor, porque o PIU Pacaembu já foi, e não tem mais nada a respeito do PIU Pacaembu. Só que agora, com a concessão da Charles Miller, o PIU Pacaembu aumenta. Inclusive, na reunião com o Dr. Artur a gente falou: “E a Charles Miller?” A SP Urbanismo respondeu: a gente não tem nenhuma notícia de que a Charles Miller está no pacote. Dois meses depois apareceu a notícia de que é Charles Miller estava entrando no pacote.

Então, a gente precisa... Eu acho que o encaminhamento importante para essa audiência pública é a implementação do grupo gestor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

Eu queria passar a palavra, agora, para o Vereador Toninho Vespoli. Depois, ao Sr.

Jesus Pacheco, representando o Secretário Municipal de Governo.

Por favor, Vereador Toninho.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Cumprimento todas e todos na pessoa do Presidente Eliseu Gabriel.

Há algumas questões que eu gostaria de falar, mas a gente fica ouvindo outras falas e fico até, muitas vezes, estarecido.

Uma das questões: a empresa - não é nada pessoal, estou aqui discutindo as questões – e, quando vejo, por exemplo, o advogado da empresa falar, é quase como se estivesse fazendo uma benevolência para a cidade. Não, não é isso. Vocês querem lucro. A empresa entrou nesse jogo para ter lucro. Então, sabe, parece que fica uma conversa que não parece ser leal, legítima e verdadeira. Porque parece que vocês estão fazendo um favor para cidade, não é? Vocês não estão fazendo um favor para a cidade, vocês entraram no jogo para ter lucro, se não fosse para isso, vocês não teriam entrado. Eu acho que isso é um ponto para se pensar ou para se falar, porque não é de benevolência que se trata aqui.

Outra questão é que eu fico muito preocupado, e aí não é questão ideológica, mas assim, o capitalismo no Brasil é um capitalismo que não quer prejuízo, e quer garantir que o Estado cubra prejuízos. Nossa, gente! Houve quase 700 mil mortos. Falamos que essa sociedade iria sair melhor disso. E aí você vê uma empresa, e acho que fica até mal para o nome da empresa, querer avançar em um bem público, que é um bem da sociedade, um bem de todos, para falar de equilíbrio financeiro, enquanto esse país está quebrando. Em qualquer rua dessa cidade, você vê salões e salões vazios, porque um monte de gente quebrou. E ainda falam: o primeiro - escutei isso aqui - estão pedindo o primeiro equilíbrio financeiro. Por quê? Depois vai ter o segundo? A gente vai avançar mais em cima do que? Da rua? Da frente? Vai se avançar mais para onde acima do bem público?

Então, é assim, são coisas que, me desculpem, é até um desabafo, porque são escandalosas determinadas questões. Acho que o Governo é o grande responsável disso. Para mim - a Estela tocou em um ponto principal - existe um Decreto aqui, 58.226, de 2018, era para

ter o Conselho Gestor. E não adianta falar: “Ah, o PIU á foi”. O Conselho Gestor praticamente abarca a área do Pacaembu, que era para a concessão do Pacaembu. Então, o Conselho Gestor nunca foi tão importante, neste momento, agora, da concessão que ele teria realmente de se valer. Está acontecendo toda essa bagunça aqui por falta de transparência, por falta de a sociedade... Ali não é um patrimônio dos vereadores, meu, do prefeito, de nenhuma empresa. Aquele patrimônio é dos nossos munícipes, que pagaram e pagam impostos nesta cidade

O controle social é mais que necessário, e o Conselho Gestor garantiria esse controle social. Quando o Governo vem me falar aqui na mesa, que não concorda com esse Conselho Gestor, eu fico abismado. Porque a lei estava lá, quem fez o Decreto foi o Executivo. Então, o Executivo está falando que o próprio Decreto que ele fez, não serve para nada. É isso que está falando aqui, no meu ponto de vista. Então, eu queria saber, então, do Executivo, quais os motivos de não se ter o Conselho Gestor? Ou, se terá, quando será implementado?

Outra indignação muito grande, pois todos sabem e não é segredo para ninguém, que o Governo Doria fez de tudo para acabar com o controle social da sociedade civil. Isso aconteceu nos parques, em tudo quanto é lugar, e também no Conselho, onde o Carlos é o Presidente, o aparelhamento desses conselhos. Porque temos visto que não é um Conselho que está preocupado em garantir o patrimônio histórico e cultural da cidade. A gente está vendo outras coisas. Para mim, desculpa, cabe ao abismo do Presidente desse Conselho falar que está tudo bem destruir, porque foi destruído. É uma destruição de parte de um patrimônio tombado. E depois vai se recuperar. Tudo bem, vai se recuperar, mas vai fazer igual. Gente! (Risos) Eu não sei em que mundo nós estamos vivendo.

E aí eu queria só saber do Sr. Carlos se podem ser enviados todos esses processos para...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O Sr. Carlos, do Condephaat?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Isso. Enviar para as três comissões ou para as duas comissões que pediram audiências públicas, para que possamos ter acesso aos estudos técnicos, porque a falta de transparência é tão grande, pelo menos a minha assessoria

tentou ver as atas da reunião do Conselho, e não encontramos isso nas atas. A falta de transparência é tão grande, não é só a questão da falta do Conselho Gestor, é falta de tudo. E quando a gente vê aquelas fotos - por isso está dando todo esse reboliço -, porque nem a sociedade, nem a Câmara municipal, têm acesso as coisas. Então, gostaria de ter, ou se a empresa tem, poderia enviar todos esses processos para essas duas comissões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay.

Vou passar a palavra ao Sr. Jesus Pacheco...

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN - Vereador Eliseu Gabriel, gostaria de poder responder ao nobre Vereador Celso Giannazi, imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pois não.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN - O Vereador Celso Giannazi já conhece muito bem o Condephaat e é com quem nós mantemos um frutuoso debate. Ele sabe e, se não sabe ainda, vai saber agora, que todos os processos do Condephaat são públicos, estão à disposição de qualquer pessoa. Os processos que ainda se iniciaram com papel, dão um pouco mais de trabalho, porque terão que ser copiados, xerografados para poderem ser levados às comissões. Mas, estão à disposição de todos. Aqueles que já são digitais podem ser consultados no portal do Condephaat. Não há mais transparência do que isso, Vereador. Estamos à sua disposição, inclusive pessoalmente, para orientá-lo.

Obrigado, Eliseu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Sr. Carlos Faggin.

Com a palavra o Sr. Jesus Pacheco.

O SR. JESUS PACHECO SIMÕES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, queria agradecer, claro, a oportunidade de a gente participar aqui desse fórum público. Acho que esse debate realmente é muito importante. Concordo que é um momento histórico para a gente poder dialogar sobre as nossas concessões e parcerias.

Cumprimento todas as pessoas presentes, todos os membros, vereadores e

vereadoras que estão aqui na mesa, também quem está acompanhando presencialmente e *on-line*.

Acho que vale comentar, em relação ao nosso projeto de concessão do Pacaembu, que foi devidamente aprovado por esta Casa Legislativa, ainda em 2017, esse equipamento que é fundamental para a cidade. É um símbolo da nossa cidade, que está localizado numa área central e nobre também da nossa cidade.

É importante também destacar que o equipamento com seus mais de 80 anos, como a gente verificou, precisava de investimento e, por isso, foi elaborado esse projeto. Acho que é um desafio, não só para a cidade São Paulo, mas para todas as outras cidades, a manutenção de equipamentos históricos, a sua revitalização. E nós prevíamos no nosso Plano de Negócio Referencial 220 milhões de investimentos no equipamento. Acho que é uma boa notícia ter uma comparação frente aos 400 milhões que a concessionária apresentou. Porque isso significa que 400 milhões foram poupados pela cidade, incluindo geração de empregos, geração de renda, com a construção e revitalização do Complexo.

Os encargos contratuais garantem que o Complexo seja aberto ao público, das seis horas da manhã às 22 horas. Obviamente, no período de obras, esse encargo não pode ser mantido, mas assim que revitalizado, será reaberto, mantendo a utilização dos espaços gratuitos, conforme a previsão contratual em calendário elaborado pela Secretaria de Esportes.

Isso apenas para comentar um pouco do projeto. Acho que vale falar sobre o reequilíbrio, que é um tema que foi questionado diretamente à Prefeitura de São Paulo. Nós recebemos o pedido do concessionário; o pedido não está analisado. Então, nós ainda estamos em trâmites. Obviamente, o interessado pode fazer o pedido que melhor lhe interessar, mas não significa que ele será aprovado, nem total, nem parcialmente. Obviamente, a gente está estudando e acho que vale destacar que uma fase é a verificação e constatação se há ou não reequilíbrio. Depois, o montante de reequilíbrio a ser verificado, e, por último, qual será a forma de reequilíbrio. Isso para deixar claro que, portanto, não há uma decisão nem sobre o reequilíbrio, tão pouco sobre a inclusão ou não da Praça Charles Miller. Ainda não foi feito, portanto, nem a

finalização da análise técnica, tão pouco a análise de conveniência e oportunidade da administração pública, do Executivo, em fazer o reequilíbrio através da inclusão ou não da Praça.

O órgão competente, para também esclarecer, que avalia e decide sobre o reequilíbrio é o Conselho Municipal de Desestatização e Parecerias, que formou um Grupo de Trabalho, no começo desse ano, um Grupo de Trabalho Intersecretarial, Intersetorial, porque é um tema complexo, envolve aspectos econômicos, jurídicos, enfim. Também envolve, claro, a própria conveniência da Secretaria de Esportes em avaliar essa alteração e possível aditivo relativo ao contrato. Não concluiu os seus trabalhos e está sendo acompanhado pelo Tribunal de Contas, inclusive houve um pedido do Tribunal de Contas que aguardássemos a análise técnica deles para finalizar. Mas nos foi, inclusive, devolvido porque eles compreenderam que não houve a análise final da administração pública e a melhor prática seria então, portanto, o fim da análise pelo Executivo, para aí sim, ser avaliado pelo Tribunal de Contas. Então ainda não finalizamos esse tema. Precisamos de uma análise também do jurídico da Prefeitura, que é representado pela Procuradoria Geral do Município, e não por qualquer outro órgão técnico.

No mais, acho que em relação ao grupo gestor, convém deixar claro que a Secretaria de Governo não tem a competência e não acompanha a instalação desse Conselho do PIU Pacaembu. Porém, na previsão contratual expressa que se ele for criado, haverá a participação da concessionária, pois entendeu-se dentro do contrato a importância desse diálogo entre todas as partes que convivem no espaço.

Creio que, para também responder ao Vereador Annenberg, que fez um questionamento sobre a fiscalização do contrato, o contrato é fiscalizado pela Secretaria de Esportes, que é a titular do equipamento. Então, tanto o fiscal é da própria Secretaria, com o suporte da Secretaria de Governo, através da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias, pois foi modelado pela São Paulo Parcerias, que é vinculada à Secretaria de Governo.

São esses os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Agradeço se puder informar melhor

sobre o Conselho Gestor, porque se ele está previsto, então, se foi formado ou não, quem sabe o representante da Allegra saiba. Existe o Conselho Gestor?

O SR. DANIEL ANNENBERG – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sim, pela ordem, Vereador.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Não, eu só gostaria de saber - foi importante o esclarecimento -, mas quem na Secretaria de Esportes faz esse acompanhamento? Há um quadro técnico que tem condições de fazer? Essa é uma pergunta que algumas vezes eu me faço e acho que seria importante esclarecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor saberia dizer? Talvez o representante da Secretaria de Governo? Para responder essas questões dos Vereadores Suplicy e Daniel Annenberg?

O SR. JESUS PACHECO SIMÕES - Perfeito.

Em relação ao fiscal do contrato, se não me equivoco, inclusive, ele compareceu aqui à Câmara, há dois dias, o Sr. Eduardo – me fugiu só o sobrenome dele -, mas ele era o servidor que acompanhava também a gestão do Pacaembu, até antes da concessão, tem o conhecimento sobre o equipamento.

Ademais, nós temos, na Secretaria de Governo, um contrato também com a São Paulo Parcerias, que nos fornece o subsídio técnico para o monitoramento e acompanhamento das concessões, para especialmente dar um suporte também para a Secretaria Setorial. Então, quanto a esse ponto, temos sim equipes especializadas para acompanhar os contratos de concessão e dar suporte para todas as Secretarias Setoriais, que são as titulares e gestoras dos seus respectivos equipamentos.

Quanto ao Conselho Gestor, eu não tenho a informação se está instalado. Até onde eu sei, não está. Mas, ele é de competência da São Paulo Urbanismo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Obrigado, Sr. Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador Toninho Vespoli, o senhor que levantou a questão do Conselho Gestor, podemos buscar depois uma explicação mais detalhada sobre isso, talvez na reunião das comissões.

Eu queria perguntar para a Sra. Renata Esteves se gostaria de fazer uso da palavra agora. (Pausa)

Então, vamos chamar o Sr. Antonio Zagato.

O SR. ANTONIO ZAGATO - Boa tarde a todos, todas e todes.

Eu gostaria só de ouvir os demais convidados, em respeito que estão aguardando, uma vez que outras falas as antecederam, então seria importante, na condição de sociedade civil e até conselheiro do CPMU, que é na qualidade que estou aqui, ouvi-los, para, então, eu poder me manifestar com o conjunto das informações disponibilizadas. Agradeço. No caso seria, pelo que me consta, o Sr. Fabio, do CPM-Sé e o IAB.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Um momentinho só. A lista não está bem esclarecida, quem veio, quem não veio, não tem muita clareza. Estou descobrindo quem veio ou não, não há uma ordem, estou tentando fazer um equilíbrio entre as pessoas que foram convidadas e as pessoas que se inscreveram para falar. Estou descobrindo quem quer falar, porque tem inscrito, tem não inscrito, estou meio atrapalhado aqui.

Com a palavra o Sr. Fabio Benini, da Associação Viva Pacaembu. Em seguida, a Maíra Madrid, Diretora SP Parcerias.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO BENINI CABRAL - Primeiramente, Vereador Eliseu, peço desculpas pela interrupção anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu também queria pedir desculpas pela maneira que eu também fui um pouco, meio arrogante, com o senhor, desculpe-me, viu? Eu sinceramente fiquei chateado de ter falado o que eu falei, mas desculpe-me.

O SR. FABIO BENINI CABRAL – Imagina, eu me manifestei porque a gente tem

escutado o Rafael nas oitavas, eu tenho acompanhado, acho que a população tem acompanhado, por longo tempo, e vemos que os Vereadores estão procurando esclarecimentos e a população também. Nós temos algumas informações que podemos partilhar com vocês, coisa boa. Então, acho importante a gente poder até... eu ia citar aqui, a Lei Orgânica do Município, no artigo 2º, tem que observar a soberania e a participação popular. Então, acho importante termos o mesmo tempo de fala, ou próximo dos representantes do poder público. Primeiramente gostaria de cumprimentar a Dra. do Ministério Público e Maíra, que conheci também, os Vereadores presentes e os que assistem a nós.

Primeiramente agradeço a oportunidade de o Viva Pacaembu se pronunciar de forma direta e a essa Casa e as Comissões, por conseguinte, que vão estão na audiência, para isso gostaria dividir a problemática em quatro momentos diversos: a pré-licitação, o projeto de aprovação, período de obras de concessão e pós-reforma. Pouca gente tem falado disso. Vamos lembrar aqui, vou fazer um breve histórico, perdão até se eu me alongar.

No período pré-licitação o cenário do estádio do Pacaembu era de uma utilização média de 30/35 jogos de futebol masculino profissional, que é mais do que tem no Alliance Park, sem considerar as partidas de futebol júnior, futebol feminino, futebol amador, *rugby*, em torno de 20 a 25 eventos culturais realizado no Complexo Esportivo, onde tinham 110 mil escritos, foi a informação que tivemos da SEME, uma frequência mensal de 30 mil usuários. Diferente do que foi largamente divulgado, inclusive pela mídia a justificativa para conceder o estádio, o estádio nunca foi deficitário. Cabe lembrar que equipamento público não precisa gerar lucro, o que tem é custo de manutenção, então, citando, apenas em 2019, abrigou 46 partidas de futebol o estádio do Pacaembu, gerando uma receita bruta de, só no primeiro trimestre, em torno de 9 milhões de reais. Esses dados inclusive, pela Lei de Acesso à Informação, conseguimos alguns, não todos, infelizmente a SEME não compartilhou.

Na verdade, o que sempre ocorreu é que o valor arrecadado era pouco reinvestido na manutenção do espaço pela Prefeitura. Ora, se o custo para manter o patrimônio público, o Pacaembu como público, divulgado pela SEME era de 6 milhões de reais anuais, comparando

com o orçamento do município, que foi em 2021, de 67,9 bilhões e esse ano estimado em 82,7 bilhões, então o custo de manutenção equivale a menos de 0,001% da receita do município. Então, essa foi a justificativa que foi utilizada para a concessão.

Ninguém é contra, Rafael, a modernização, ninguém é contra a restauração do bem público, isso é necessário, isso é bem-vindo, a população agradece com certeza. Além disso, o Complexo Esportivo abrigava diversas modalidades de esportes abertos à população de forma gratuita. Cabe ressaltar aqui que há uma grande diferença entre acesso e uso. Anteriormente o acesso era controlado, tinha que ter carteirinha para entrar, fazer a inscrição, tudo, mas o uso era público. O que foi divulgado até agora pela Allegra é que o acesso será gratuito, isso não há dúvida, mas o uso será controlado, a utilização será controlada, o que é muito diferente. Acho que a Vereadora Silvia citou também.

Vamos adiante. Eu ouvi uma feliz citação do Vereador na oitava, que ele fala que a gente pensa, se o Estádio Municipal, assim como a Praça Charles Miller, pertence aos munícipes, então todos nós somos donos de 1/12 milhões de avos do Complexo. A gente tem o direito de participar da discussão do projeto de reforma. Então, conhecer a quem ele foi concedido. Quem são vocês, Rafael? O grupo de investimentos é constituído por quem? Que interesse vocês respondem? Quem são? Acho que essa é uma pergunta que a população se faz constantemente. Como a Estela colocou, quando começou a discussão em 2017 da concessão, a Allegra a gente nem sabia quem era. Eles foram formados a partir da Progen e aí tem aquela mistura jurídica que ninguém entende até agora, já foi citado por alguns Vereadores também.

Quanto ao projeto, eu queria levantar aqui uma questão que nunca foi discutida com a Associação de Moradores, a Associação tem 20 anos de atuação no território, além da vasta trajetória na defesa dos interesses dos moradores e também da cidade de São Paulo, tem uma expertise em conhecer profundamente a região, principalmente no entendimento da logística comum à utilização do espaço dos eventos esportivos e culturais, nem tampouco foi discutido com representantes da sociedade civil.

Conforme determina o artigo 8º, do Decreto 58.226 PIU Pacaembu, citado pelo

Vereador Toninho Vespoli, brilhantemente. Então, são termos constantes, há um contrato assinado entre a Allegra e a Prefeitura. Isso está no contrato, no anexo do contrato, as obrigações. Inclusive foi determinado que a concessionária passasse os encaminhamentos do grupo gestor, não apenas os relatórios que vão para SP Parcerias, que a gente tem conhecimento, esmiuçando o *site*, para encontrar. Não quero me alongar aqui.

Nessa questão, peço encarecidamente a intervenção do Ministério Público e também cabe ressaltar o trabalho do Dr. Arthur a frente disso. O estádio é tombado, mas o bairro também é tombado, o que podemos presenciar é que pouco se pensou no entorno e nos impactos previstos durante e após a reforma. Onde está o estudo de impacto de vizinhança? Eu pergunto onde está o estudo de planejador de tráfego? Se foram realizados nós queríamos que fossem apresentados, não só à população, mas como nas Comissões e acho que aos interessados aqui também.

Gostaria de saber se foi feita uma análise criteriosa do impacto geológico decorrente das escavações previstas no subsolo? Então, nessa questão, eu recebi um relato de moradores que estão com rachaduras em suas casas que dá para passar a mão pela rachadura em decorrência da obra, do qual não sabemos o cronograma, acontece durante os finais de semana, e todos os horários, sem vistoria nos imóveis do entorno, sem haver um entendimento mais adequado da circulação e rota de caminhões, transitam pela madrugada adentro demolições sendo iniciadas ao nascer do sol, como aconteceu no tobogã, começou às cinco e pouco da manhã, assim que a concessionária recebeu o alvará, ela começou a derrubar com as escavadeiras. Isso foi amplamente divulgado na mídia.

Então, estão ignorando, além do tombamento pelo valor paisagístico urbanístico, o bairro possui parte de suas edificações datadas do loteamento de 1930/1940, antes mesmo do estádio ser construído. Vale citar que a doação do terreno da Charles Miller foi em 1926. Então, essa é para quem diz, que sustenta que o estádio chegou antes, não chegou antes.

É importante lembrar que a opção da derrubada do tobogã foi da própria concessionária, como tentativa de viabilizar economicamente, explorar ao máximo o espaço

culminando com o fechamento do Complexo Esportivo, o que não estava previsto no contrato, o período pós pandemia acabou, o complexo poderia ser reaberto, em detrimento da qualidade de vida dos vizinhos o estádio sofreu com capacidade utilizada e anunciada em torno de 60 mil usuários.

Então aqui eu peguei um dado que a Allegra divulgou, ela disse que o complexo vai ter 60 mil pessoas simultaneamente e atenderá 4,5 milhões de pessoas por ano. Aí declara também que vão acontecer 300 eventos anuais. Eu não vou me ater a questão da praça, acho que o pavilhão, o asfaltamento do gramado, acho que já foi discutido isso, inclusive a gente assistiu a reunião do Condephaat, mas é importante dizer que a praça, se olharmos o PIU Pacaembu e podemos citar o artigo 3º do PIU Pacaembu, já é previsto a intervenção na Praça Charles Miller, sem a necessidade de ser concedida. Então, isso já está previsto em decreto.

Já vou concluir, Vereador, perdão, por fim, podemos pegar o exemplo do bar dos Arcos, que foi construído no subsolo do Teatro Municipal e não precisou demolir o teatro para isso. Então, essa é uma questão em relação às arquibancadas.

Por fim, venho manifestar o pedido, enquanto sociedade civil organizada, para que os Vereadores, como fiscais das deliberações do Executivo, exerçam de forma contundente o seu papel essencial e agradeço a propósito. Peço também que o Tribunal de Contas do município atue diretamente, que o Ministério Público possa intervir, defendendo os interesses da população concomitantemente como fiscais das leis e do resguardo das boas práticas comuns ao controle social e a gestão democrática.

Muito obrigado a todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Para organizar o melhor possível aqui, eu só queria saber, aquilo que eu falei, tem lista de convidados, lista de inscritos, lista de quem não está inscrito, então essa é a confusão que está havendo. Eu queria perguntar se estão presentes as seguintes pessoas: Sra. Tarsila Peres Santos está presente? Então não está inscrita.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu estou representando a Tarsila, que é a Secretária de Desestatização. Ela é a Secretária de Desestatização e estou representando-a também.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ah, sim, então já foi. Maíra Madrid já combinamos. Nabil Bonduki está presente? Não está. Fernando Atique?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Fernando Atique está.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está aí, quer falar também? Então já fala daqui a pouquinho porque agora vai falar a Maíra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Márcio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Márcio Coelho está presente? Não está. Então, nós temos aqui para falar agora a Maíra Madrid, depois nós convidamos o Fernando Atique. A Maíra Madri é Diretora da SP Parcerias e o Fernando Atique, do IAB.

Para falar agora a Maíra Madrid, depois nós convidamos o Fernando Atique. A Maíra Madrid é Diretora da SP Parcerias e o Fernando Atique, do IAB/São Paulo.

Então, passo a palavra agora para a Sra. Maíra Madrid, em seguida, o Sr. Fernando Atique.

A SRA. MAÍRA MADRID – Obrigado pela passagem da palavra. Agradeço o convite aos Srs. Vereadores, gostaria de dizer, primeiramente, que a São Paulo Parcerias tem participado ao longo dessas etapas, desde a construção do edital de chamamento, do PMI, o procedimento de manifestação de interesse que recepcionou os primeiros estudos para elaborar a concessão das discussões junto a sociedade civil, inclusive estive com representantes da Associação Viva Pacaembu, com representantes do Conselho Municipal Participativo da Sé, junto com promotor Arthur, em reunião, no ano passado, e com outros representantes do município, da Secretaria do Governo, da SP Urbanismo e demais.

Então, primeiramente, frisar o papel, delimitar o papel da São Paulo Parcerias no âmbito desse processo e vou tentar endereçar algumas das questões que foram postas aqui também. Primeiro, eu sou Diretora da São Paulo Parcerias, desde o final de 2020, na área de estruturação de projetos. A São Paulo Parcerias é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Governo e auxilia na estruturação de projetos de parceria público privada, concessão e parcerias com o terceiro setor. No caso do Pacaembu, a São Paulo Parcerias foi

contratada no início do projeto para estruturar também o projeto e hoje ela auxilia no monitoramento de determinadas etapas contratuais do projeto, não sendo um agente fiscalizador, mas um agente que acompanha e faz o monitoramento para auxiliar a Secretaria do Governo municipal nas tecnicidades do contrato.

Então, sobre o edital, e as considerações da preservação do bem tombado é importante frisar que todo o projeto de elaboração do edital foi construído em conjunto com etapas em que os órgãos de preservação, os órgãos de tombamento fizeram parte, os estudos preliminares foram enviados lá em 2017 pelos órgãos de tombamento, Conpresp e Condephaat, sendo que, como colocou aqui o Presidente do Condephaat, um daqueles estudos foi considerado adequado e aprovado tanto pelo Conpresp, como pelo Condephaat, saindo dali diretrizes que foram incorporadas ao edital, diretrizes para que os projetos futuros fossem, de fato, considerados coerentes com as resoluções de tombamento de ambas instituições. O que acontece foi justamente isso, aquele estudo que foi selecionado, foi considerado o estudo referencial da concessão. Então, ele balizou todo o modelo, tanto arquitetônico, quanto econômico da concessão, e o edital, acho que a Mariana, logo no início da nossa audiência pública, citou algumas cláusulas do edital e ele traz tanto o projeto referencial, quanto os regramentos que deveriam ser seguidos, as resoluções e a condição de que os projetos de intervenção, os projetos de fato de intervenção, acho que já falamos que o projeto era referencial, ele dava balizas mínimas para intervenção. Mas, de fato, o projeto concreto deveria ser apresentado pela concessionária num determinado prazo e ele deveria ser aprovado, aí, então, pelos órgãos de tombamento e só assim as intervenções deveriam ser realizadas.

Então esse é o mecanismo, é como está posto no edital todas essas disposições. Acho que já falamos sobre os processos de aprovação do Conpresp e do Condephaat, não preciso reforçar isso, mas destacando um pouco os benefícios da concessão. Acho que primeiro salientar que a gente da municipalidade e a sociedade civil tivemos um debate amplo sim acerca da concessão, lá atrás. O projeto de concessão muitas pessoas aqui já citaram o ano de 2008, na época do Maluf, e também é importante frisar que, em 2015, teve um edital de chamamento

acerca do mesmo tema para avaliar modelos inovadores de gestão de requalificação do bem tombado etc. em que a concessão era definida e aventada como um dos mecanismos.

Acho importante frisar que esse debate vem ocorrendo há muitos anos. O edital posteriormente foi objeto de consulta pública, audiências públicas, inclusive, o PIU conduzido pela área de Urbanismo da municipalidade e visava em si, o edital, requalificar e visa melhorar a manutenção do bem tombado. Sabemos das dificuldades que o poder público tem em relação a manter a qualidade dos seus equipamentos ao longo do tempo. E aí também diversificar os usos, trazer os demais usos ao Complexo.

Destacamos os benefícios do projeto, foram pagas mais de 80 milhões de outorgas, sabemos também que existe uma parcela ainda a ser paga, de acordo com a regra contratual, e a outorga é variável. Então, a cada receita da concessionária até 2%, que é quase o mínimo da alíquota do ISS do município, só para comparar, em termos de magnitude, são compartilhados com o poder público. O poder público vai se beneficiar, não só se beneficiou até o momento com as outorgas, com a desoneração da sua manutenção, mas também daqui para frente com o compartilhamento de receitas e retornará a ele um bem revitalizado, requalificado continuando a sua vocação esportiva e cultural.

Acho que esse foram os principais esclarecimentos, mas acho importante destacar também sobre a questão do pedido de reequilíbrio da concessionária, de fato, a concessionária protocolou esse pedido, como o Jesus Pacheco colocou, e ainda não há decisão da administração acerca do tema. Foi criado um grupo de trabalho intersecretarial para discutir o reequilíbrio, mas de todo modo, a São Paulo Parcerias foi instada a se manifestar preliminarmente acerca dos pedidos e da solicitação de incorporação da praça, na concessão a viabilidade econômica dessa, e legal, dessa avaliação, mas não cabe a São Paulo Parcerias de modo algum tomar essa decisão estratégica de conveniência e oportunidade. É uma decisão que não está no escopo da São Paulo Parcerias.

Então só queria destacar isso ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos, já participamos diversas vezes de audiências públicas, de encontros com o Ministério Público,

com o Tribunal de Contas e ficamos aí à disposição, qualquer coisa também, fica à disposição meu contato de *e-mail* da São Paulo Parcerias para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Sra. Maíra, tem a palavra a Sra. Maria Gabriela, Promotora do Meio Ambiente.

A SRA. MARIA GABRIELA AHUALLI STEINBERG – Boa tarde a todos os Vereadores aqui presentes, meu colega Arthur, membros da sociedade civil, eu só queria fazer um esclarecimento, eu sou a segunda Promotora de Justiça do Meio Ambiente aqui da capital, e quero dizer que a Promotoria do Meio Ambiente vem acompanhando essa questão. Nós temos dois procedimentos já instaurados, um é o acompanhamento de uma ação civil pública a qual o Arthur fez referência aqui, o outro é referente ao gramado e nós recebemos recentemente, bem recentemente, uma representação a respeito da demolição das arquibancadas.

Então, longe dos procedimentos da Promotoria do Meio Ambiente estarem findos ou arquivados, não, toda essa questão está sob análise da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, em virtude da questão do tombamento, agora, me chama atenção essa questão da praça, do entorno do bairro, que também a área envoltória é bem tombada. Então, vamos precisar analisar isso, quer dizer, ainda que não chegue a nós uma representação sobre a praça, com base no que foi dito nessa audiência pública, será incluído nos nossos inquéritos para que seja analisado.

Eu não estou dando nenhum parecer, aqui só para esclarecer que existem procedimentos em andamento, e que a Promotoria do Meio Ambiente da capital está acompanhando. Até depois podemos ver uma atuação conjunta, talvez, em que as questões se cruzem com a Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo.

Eu agradeço muito. Se houver necessidade de outros detalhes, peço que contatem a Secretaria da Promotoria que nós podemos fornecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Sra. Maria Gabriela, Promotora do Meio Ambiente. Eu quero chamar agora o Sr. Fernando Atique. As inscrições já

estão encerradas, é bom saber, não temos mais tempo, já passou do horário de encerramento.

O Sr. Fernando Atique. Cadê o Fernando Atique?

A SRA. MARIANA RAMOS BOGHOSIAN AL ASSAL – Olá, eu sou Mariana Ramos Boghosian Al Assal. Sou coordenadora...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está falando em nome do IAB?

A SRA. MARIANA RAMOS BOGHOSIAN AL ASSAL – Estou falando em nome do Fernando, o Fernando é Conselheiro titular no Condephaat, representante do IAB, e sou coordenadora do grupo de patrimônio cultural do IAB, junto com a Eneida de Almeida, que está nos acompanhando também de forma remota.

Agradeço inicialmente o convite também para a nossa fala, porque muitas vezes, mesmo tendo uma cadeira dentro do conselho do IAB, somos às vezes não ouvidos, às vezes ignorados. Então, trago algumas informações também para o debate e algumas questões específicas para o Presidente do Condephaat esclarecer publicamente não só à IAB, mas a todos os presentes.

Peço uns cinco minutos para ler um texto que produzi, em parceria com a Eneida, e já peço desculpas se me alongar um pouco.

As intervenções recentes no Complexo Esportivo do Pacaembu são exemplos dos danos causados ao patrimônio cultural brasileiro nos últimos anos. Precisamos lembrar que em abril de 2019 a composição do Condephaat foi alterada por decreto estadual. Na ocasião, o IAB manifestou publicamente sua discordância, ao que seguiu uma ação civil pública, uma liminar da justiça e decisões que foram posteriormente derrubadas. O Governo reduziu assentos das universidades paulistas e da sociedade civil e passou a indicar todos os membros de um Conselho. Essa combinação de fatores prejudicou a qualidade e a consistência técnica das decisões de preservação do patrimônio cultural de São Paulo, processo semelhante ocorrido em âmbito municipal.

Ressaltamos que o problema identificado no Pacaembu não é um caso isolado, e isso é muito importante. A sociedade testemunhou a tentativa de demolição do Ginásio do

Ibirapuera, a descaracterização do Parque do Ibirapuera e a devastação de imóveis nos Campos Elíseos, todos apresentando discordâncias legais e técnicas em relação aos procedimentos de tramitação que afetam gravemente os processos decisórios. O dano ao Complexo Esportivo do Pacaembu já foi feito, não há reconstrução que seja capaz de recuperar a visão da torcida enlouquecida no tobogã ou, ainda, a leitura singular de um projeto de arquibancada feito como resposta à situação geográfica do fundo de vale. O significado e os valores daquela materialidade já estão parcialmente comprometidos, mas ainda há tempo de ficarmos atentos e cobrar mais transparência nas formas como as coisas têm sido processadas e decididas dentro da lei.

Diante desse cenário e das intervenções em curso no Pacaembu, o que nos interessa neste momento é apurar quais são os procedimentos dos órgãos de patrimônio para avaliar projetos sobre modelo de gestão de concessão ou PPPs. Essa primeira pergunta precisa ser respondida para que não prossiga a destruição irreversível de nossos patrimônios culturais. Mas há outras também. Ainda antes da licitação, feita sem projeto, foram elaboradas diretrizes técnicas para intervenção no Pacaembu por uma comissão multidisciplinar, entre órgãos de patrimônio. Essas diretrizes posteriormente foram ignoradas, ainda que constantes dos editais. A comissão foi desfeita, esvaziando e desperdiçando o valor de decisões conjuntas entre técnicos e órgãos de patrimônio. Por outro lado, a forma como concorreu a tramitação dos processos foi fragmentada, procedimento que cria distorções e incompatibilidades técnico-legais, impedindo discussões necessárias, como a preservação das arquibancadas. As aprovações das intervenções no Pacaembu têm sido feitas com base em peças gráficas de concepções simplórias. E, como consta no comunicado do Condephaat no *Diário Oficial do Estado*, publicado em 14/04/2022, na página 85, o Conselho Estadual admite que não há projeto executivo enquanto as obras estão em curso.

Diante desses fatos concretos, gostaria de também obter respostas objetivas a três perguntas quanto aos procedimentos que levaram até agora às aprovações da concessão. E peço desculpa pelo tom, porque eu fiquei um pouco indignada pela forma como tem sido tratada a sociedade civil nesta audiência pública.

Primeira pergunta. Em 30/10/2021, foi publicada no *Diário Oficial do Estado* a Portaria número 3, da Chefia de Gabinete da Secretaria de Cultura do Estado dando “a notícia de possível prática de atos administrativos em desconformidade com os regramentos jurídicos no âmbito da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico – UPPH”. Por isso, foi instaurada uma comissão para “procedimento de apuração preliminar para averiguar eventual responsabilidade funcional quanto ao prazo de 30 dias para a discussão dos trabalhos”. Transcorridos os prazos, quais foram as conclusões dessa apuração, considerando que a UPPH é o departamento técnico que analisa os projetos e cujo coordenadora estadual é também vice-presidente do Condephaat, a notícia de possíveis irregularidades relativas ao Pacaembu, mesmo que tangencialmente?

Segunda pergunta. Existem procedimentos dentro do Condephaat e de seu departamento técnico UPPH que tratam de forma especial a concessionária Allegra? Durante o período da pandemia, em que os servidores públicos estaduais foram colocados em trabalho remoto, houve reuniões presenciais de alguns membros do Condephaat com a equipe da concessionária? E, se houve, por quê? Como a gente pode ter acesso ao que foi decidido naquele momento?

Terceira e última pergunta. Na citada deliberação do Condephaat, publicada no *Diário Oficial* em 14/04/22, na página 85, consta a declaração de que “considerando que as obras no conjunto já tiveram início, aguardamos a apresentação dos projetos executivos de restauro e intervenção para análise definitiva da proposta e acompanhamento”. Tendo em vista que a admitida inexistência de projeto executiva aprovada inviabiliza também a análise do que está sendo feito de fato tanto pela sociedade civil quanto pelos próprios órgãos de controle, incluindo a fiscalização e o acompanhamento das obras potencialmente reversíveis, estaríamos aqui testemunhando casos de violação à Lei Federal 9.605, de 1998, artigos 72 e subsequentes, que tratam dos crimes contra o ordenamento urbano e ao patrimônio cultural?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vou passar a palavra ao Vereador Suplicy, que está de saída. Mas essas questões todas que foram feitas, eu pediria que vocês mandassem

por escrito para nós, que nós da Comissão as dirigiremos para o Condephaat. Passo a palavra ao Vereador Suplicy, que quer fazer uma breve intervenção.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, estou atrasadíssimo para outro compromisso, mas gostaria de agradecer a contribuição de todos. Para mim, ficou algo muito importante, que é o conselho gestor, cuja criação e funcionamento já estava prevista. Eu imaginava até que estariam aqui os membros do conselho gestor. Mas ele existe? Se ainda não existe, acho que nossa Comissão deve conversar com as Secretarias Municipais para que seja imediatamente tomada a providência para sua formação. Ainda há pouco a jovem Pam me perguntou se sou a favor ou não da inclusão da Praça Charles Miller. Precisamos saber melhor, e o conselho gestor precisa saber melhor se vai ser adequado ou não para os moradores do Pacaembu e para a Cidade uma nova forma de existência lá.

Consideramos muito importante a participação da população nas decisões do Poder Público. Então, se ainda não foi formado o conselho gestor relativo ao Pacaembu, fica aqui a minha sugestão. Nossa Comissão precisa solicitar de pronto ao Governo Municipal a sua composição, com a participação da Alegria e outros atores. Agradeço muito e peço licença, pois estou atrasadíssimo para outro compromisso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Suplicy, e parabéns pela sua ação. Estamos praticamente encerrando. (Pausa)

Eu queria então agora passar a palavra para a Vereadora Silvia. Em seguida, passo a palavra ao Sr. Rafael, também para fazer o encerramento.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu tinha entendido que vocês não queriam mais falar.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quer falar então? Vamos lá. Antonio Zagato com a palavra. Antes, vou passar a presidência à Vereadora Silvia, tive um problema, meu filho está passando mal, terei que sair. Muito obrigado.

- Assume a presidência a Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silva da Bancada Feminista) – Tem a palavra, Antonio Zagato.

O SR. JOSÉ ANTONIO ZAGATO – Boa tarde a todos, todas e todes. Eu queria agradecer, mas também lamentar um pouco o esvaziamento deste final de audiência, porque quero trazer talvez um dado mais de humanização. A gente falou muito em palavras como contrato, intervenção, projeto, direito. Mas é como se tudo isso orbitasse em um plano abstrato de ideias e não produzisse resultados concretos para a vida das pessoas. Quando a gente fala sobre uma demolição ou uma destruição, a gente não tem como falar com outros nomes aquilo que é. Porque, senão, a gente esvazia o sentido, o significado, inclusive jurídico, das palavras; e tenho certeza de que advogados e advogadas são muito cautelosos a respeito. Se um médico receita um remédio errado, a pessoa morre. Ele não é responsável por ter dito que o remédio iria salvar a vida dela? Não.

Então, destruir não corresponde a preservar; são mutuamente excludentes essas ideias, da mesma forma que restaurar não corresponde a destruir. Não corresponde porque assim é, não porque eu ou o Rafael possamos falar dessa forma. Em 1972 houve uma convenção mundial da Unesco na qual especialistas do mundo inteiro se reuniram, inclusive do Brasil, e falaram que não era admissível destruir o que foi produzido pela humanidade e ao qual foi atribuído valor cultural. Não é admissível. Destruição é algo fortuito ou algo produzido. Não acontece destruição porque a gente fala assim: “Ah, a gente destrói para preservar”. Isso é um oxímoro, são ideias mutuamente excludentes. É o mesmo que o médico dizer: “Eu vou te matar, mas para preservar a sua vida”. Qual é o sentido disso? Nenhum. É para isso, inclusive, que temos um ordenamento jurídico nacional, constitucional. É para isso que o Ministério Público existe e que esta Casa do Povo elabora leis: para dizer o que pode e o que não pode. E o que não pode, não deve ser esvaziado, mascarado e dissimulado com outros nomes.

Tenho 38 anos. Todos sabemos que o Planeta está sob emergência climática; todos sabemos. Eu não sei se vocês são mais jovens do que eu, não sei quem é mais velho, quem tem

filhos; mas esse tipo de intervenção produz dano, produz resíduo, produz impacto no solo, produz impacto na impermeabilidade, gera consequências para fora do Pacaembu, vai induzir e usos muito mais intensificados no Pacaembu. Onde está a mensuração climática dos danos? Porque há um decreto a respeito disso, assim como existe uma Constituição Federal que fala, no seu artigo 30, que é dever dos municípios “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Da mesma forma, os artigos 23 e 24 também falam sobre a obrigação de se preservar o patrimônio, e que as ameaças serão punidas na forma da lei. No entanto, a gente vê pela mídia obras sendo realizadas sem autorização; e aí a imprensa vai lá e pergunta: “Foi aprovado?”. “Não, não, vai ser para fazer o canteiro de obra”. Mas, de repente, não é mais para o canteiro de obras, é para fazer um pavilhão.

- Interferência de microfones abertos.

O SR. JOSÉ ANTONIO ZAGATO – Vou pausar porque alguém está falando, queria só manter meu tempo. (Pausa) Ora, se não foi aprovada a obra e foi feita depois, temos aí uma violação, porque está muito claro na lei que precisa ser previamente aprovada. Para deixar muito claro, sou arquiteto, urbanista, especialista em patrimônio cultural, com mestrado em política pública, trabalho há 12 anos nessa área; mas estou falando como conselheiro municipal de política urbana, que tem as atribuições de acompanhar isso. Sabem quantas vezes tudo isso que está sendo feito foi passado nos últimos meses? Zero. Porque isso está sendo passado por pessoas com o poder decisório concentrado na sua caneta, que se recusam a sentar com conselheiras e conselheiros da sociedade civil, servidores, membros, entidades e associações e abrir com transparência o que está sendo feito, porque a todo momento é um bombardeio. Isso se chama tática de guerrilha informacional para produzir confusão e depois vender a solução.

Concluindo, chamo a atenção para o fato de que a parceria público-privada também pode ser interpretada - quando ela começa a ser violada - como prevaricação, precarização, privatização. É isso o que pode estar acontecendo em muitos desses casos, quando os agentes públicos responsáveis não estão fiscalizando como que deveriam e divulgando essas informações antes que a destruição aconteça, porque destruir não é preservar.

A SRA. PRESIDENTE (Silva da Bancada Feminista) – Tem a palavra a próxima inscrita, Sra. Renata Esteves, do movimento Defenda São Paulo, por três minutos.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa tarde a todos. Vereadora Silvia, nós e outros aqui, nos últimos tempos, tivemos algumas oportunidades de estar audiência pública nesta Câmara. Cito especialmente três: a das *dark kitchens*, a do ruído e a de hoje. Parece não ter relação uma coisa com a outra, mas está tudo muito relacionado, lamentavelmente relacionado. De um lado, a gente vê o empreendedor que, na verdade, quer empreender na ilegalidade. Do outro lado, vemos o Poder Público – com respeito aos senhores que estão aqui – não exercendo o seu dever e seu poder de fiscalização. No caso de hoje, temos mais um elemento: temos um órgão com a função institucional de preservar, mas que não quer preservar.

Sou advogada, e isso me preocupa muito isso, porque a legalidade é um dos pilares do Estado de Direito. Então, ou nós estamos em um Estado de Direito e queremos conservar esse Estado de Direito, ou então não sei o que será de nós. O Dr. Portugal já não está mais presente, mas esse caso específico do Pacaembu não é um caso de se dizer que está se analisando “a tiras”, como ele chamou a legislação. A legislação, de alto a baixo – internacional, constitucional, infraconstitucional, portaria, seja lá o que for -, toda ela indica que o que está acontecendo no Pacaembu é um crime ambiental. E, se é um crime ambiental, tem que ser punido na forma da lei. Lembro que a Administração Pública, por força do artigo 37 da Constituição, está obrigada a cumprir com o princípio da estrita legalidade. Mas, se a Prefeitura está sendo omissa nessa punição obrigatória, em cumprimento da lei; se ela não produz os autos correspondentes, as infrações correspondentes, a cobrança das multas correspondentes com eficiência - não é só produzir papéis -, ela também está produzindo um ato que é irregular.

Lembro que nós estamos em um ambiente mundial, em que se reclama internacionalmente a qualificação ambiental – e foi esse o compromisso do nosso Presidente na última COP 26 -; e o que está se produzindo no Pacaembu é uma desqualificação ambiental, que deve ser punida com os rigores da lei. Nós sociedade civil esperamos que o Ministério público, aqui presente na figura da Dra. Maria Gabriela, possa tomar todas as providências

cabíveis.

Por fim, lamento imensamente o tratamento não civilizado, desrespeitoso que o representante da Allegra e o Dr. Portugal dispensaram à sociedade civil, citando diversas vezes a desqualificação da sociedade civil aqui presente e, inclusive, o Dr. Carlos Fagin.

Eu queria só concluir que a sociedade civil não é só é qualificada, como entendeu perfeitamente o que está acontecendo no Pacaembu, que não é nada menos do que um crime ambiental, que deve ser punido com os rigores da lei. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Sr. Paulo Coutinho que está inscrito, está presente? (Pausa) É da Progen, certo?

O SR. PAULO COUTINHO - Sim. Eu sou o responsável técnico pela construção da obra. Tenho 45 anos de formado. Já construí o metrô da Paulista, duas estações - Consolação e Clínicas - Sé e Brás.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO COUTINHO - Então, mas não é porcaria.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Vamos respeitar a fala dos convidados.

O SR. PAULO COUTINHO - Não é porcaria. Aliás, quer dizer: barragem, porto, estrada. Então tenho um currículo bastante extenso. Fui convidado, há menos de um ano, para me responsabilizar pela construção das obras.

A engenharia é árida. Então, a sociedade civil é qualificada, mas eu gostaria de convidá-lo para ela que era impossível se construir embaixo, preservando os degraus assentados. Absolutamente, desculpe, impossível. Ademais, foi falado aqui que...

- Manifestações na plateia.

O SR. PAULO COUTINHO - Eu não me pronunciei enquanto ouvi as palavras dos demais, gostaria de ser ouvido.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Vamos respeitar a fala, todo mundo falou.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Sim, mas, não, mas é a fala dele. Ele está com a palavra. Continue, por favor, Sr. Paulo Coutinho.

O SR. PAULO COUTINHO - Bom, é, não são engenheiros. Quem falou o que falou não é engenheiro, não sabe sobre engenharia. E isso não é desrespeito nenhum. Eu não sei advocacia, eu não sei arquitetura, e estou tranquilo com isso. Estou na minha área de trabalho.

Portanto, quando foi falado que o cara botou a mão numa trinca, eu fui na casa do sujeito. Primeiro, não tinha obra; não tinha escavação; não tinha nada que pudesse provocar isso, além do que a casa está fora da área de influência da obra. Eu falei com a pessoa e ela entendeu.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO COUTINHO - É, talvez não estejamos, mas nem começou a obra. As obras de escavação não começaram. Não teve nenhuma influência. As obras que estão na área de influência estão sendo monitoradas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO COUTINHO - Área de influência é aquela definida pela...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO COUTINHO - Na rua Itápolis, todas as casas da rua Itápolis, todas as da rua Capivari, da Passaláqua, estão sendo monitoradas. É isso. Foi feito cadastro e se aparecer alguma trinca, me chama que vou lá. Eu fui pessoalmente na casa do senhor para ver a tal trinca e mostrei a ele que era, primeiro, caiu uma placa da casa, e era o forro da casa, e apareceu o aço oxidado há muitos anos. Então não foi provocado, foi uma questão da patologia de revestimento e que descolou na época em que estavam fazendo a casa.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Um minuto.

O SR. PAULO COUTINHO - É que estou respondendo. Eu gostaria de falar um pouco mais.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Falta um minuto.

O SR. PAULO COUTINHO - Então, tá. O que eu queria dizer é o seguinte: falou-se de destruição, de demolição. Eu sou médico lá e estou reparando aquele negócio. Sinto-me como médico lá. Não fazer nada é destruir. O patrimônio já está sendo destruído por falta de intervenção. Por zero, zero, zero um por cento que não se fez e, olha, tivemos bons prefeitos, de todas as correntes políticas, e eles não fizeram nada. Então se você olhar um pilar que pesa 150 toneladas, com aço aparente, oxidado, o tombamento não vai ser de patrimônio histórico e sim, literalmente, da estrutura. E o que estamos fazendo lá é consertar isso aí.

Estou pessoalmente envolvido nisso e se quiserem ver o que estou dizendo, estão todos convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Conclua.

O SR. PAULO COUTINHO - A conclusão é a seguinte: eu só queria fazer um reparo, sobre a questão do que foi feito, pois falam que nós estamos destruindo. Não estamos destruindo. Demolir o que está sendo..., vejam, não vou responder pelo Condephaat, porque não é uma área que nos foi dito que é legal, portanto, não sou eu que estou definindo. A arquibancada é um concreto, apoiado no terreno, e foi removido; nós vamos fazer a mesma configuração, então toda a configuração estará preservada e com as mesmas condições projetadas para conforto, acessibilidade e segurança, não precisando uma pessoa descer, sei lá, 27 degraus, para fazer xixi no banheiro químico que fica no meio do campo. Vai ter banheiros adequados, inclusive para deficientes, os quais, hoje, são impossíveis de serem usados. É essa minha intervenção. Agradeço.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO COUTINHO - Há? Já fui sim.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Gente, respeitando as inscrições. Sra. Giovana Maia Volta. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone. Ana Maria Wilhelm

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Falta um inscrito que é a Sra. Wiheim. Está presente? (Pausa) Pode se apresentar, Wilhelm. (Pausa)

A SRA. ANA MARIA WILHEIM - Boa tarde aos Vereadores, aos membros do Poder Público. Meu nome é W, sou do Conselho Participativo. Também sou representante, tenho uma cadeira, no Conselho Municipal de Política Urbana.

A minha fala é a seguinte: tenho assistido as reuniões, as audiências que vêm acontecendo aqui na Casa. E as reuniões dessa semana, e também das últimas semanas, vêm apontando muito uma desconsideração do meio ambiente, com um discurso "estamos fazendo isso para melhorar a situação econômica, para preservar patrimônio, para melhorar a Cidade".

Minha pergunta é: melhorar a Cidade para quem? Porque, se você está destruindo um patrimônio histórico, às vésperas da Semana do Meio Ambiente, semana que vem é a Semana do Meio Ambiente. Meio ambiente não são só plantas. Acho que todos sabem. Tem o meio ambiente cultural; tem o meio ambiente urbano; são cinco categorias, pelo menos, de meio ambiente que a lei define.

Mas o que estamos vendo é uma total desconsideração com o meio ambiente. O que vemos é um Poder Público, que diz que a concessão é necessária para melhorar o equipamento e, ao mesmo tempo, trazer emprego. Entretanto, o que vemos, na verdade, é que tudo isso é feito, mas o lucro é da concessionária, e quando tem prejuízo à vista - à vista - já se discute uma readequação econômica. Ou seja, o Poder Público diz que está privatizando, e fazendo concessões de equipamentos, com a desculpa de não ter custos, para poder investir - como disse o Dr. Portugal - em saúde, educação etc., mas você na Lei Orgânica do Município e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsão para esses equilíbrios econômicos e concessões.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Um minuto.

A SRA. ANA MARIA WILHEIM - Então o que vemos na Cidade é o seguinte: estamos passando o patrimônio público para ser destruído e explorado; para serem devolvidos, mas não sabemos como, porque o vemos é que, na hora de devolver, os investimentos param. Enquanto tiver interesse na exploração econômico do Pacaembu todo investimento será feito. Porém, quando ele voltar para a Cidade como estará?

Nós temos concessões, elétrica, por exemplo, e vemos as condições elétricas da

Cidade, pois foi vendido, foi privatizado com o mesmo discurso de melhorar equipamentos, melhorar serviços públicos, e não é isso que vemos na verdade.

Quero, então, só que nós reflitamos e peço para vocês que ganharam a concessão que o patrimônio do Pacaembu tem de ser preservado, pois ele tem uma história a contar. Ele tem uma exploração que pode ser feita, sim, mas preservando a história daquele equipamento, a história da sua localização e a história da existência dele por si só. Muito obrigada.

Ah, só um instante. Para mim é muito estranho a SP Parceria nesse processo, porque é uma economia mista que, para mim, há conflito de interesse quando começa nesse tipo de trabalho. Porque vocês ganham dinheiro. Quanto mais eles ganham mais vocês vão ganhar. Então é complicado. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Nós já encerramos todas as falas de convidados e inscritos previstos para falar na audiência. Vou passar agora aos encerramentos, que são falas finais. Pergunto, por parte do Poder Executivo, quem gostaria de ter os três minutos finais? (Pausa)

O SR JESUS PACHECO SIMÕES - Presidente, podemos dividir em um minuto e meio para cada?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Podemos, claro.

O SR. JESUS PACHECO SIMÕES - Estou representando a Secretaria de Governo, a Prefeitura de São Paulo. Gostaria de novamente agradecer à Câmara, a toda a Mesa, todos os Vereadores e Vereadoras que construíram esse diálogo com a sociedade. É muito importante e acho que estamos numa fase, justamente, de reflexão e de entendimento de como se dará esse monitoramento e acompanhamento das concessões que, aqui, no Município, são recentes, estão começando a ser implementados. É um palco muito privilegiado para podermos debater essas ideias e os nossos projetos, nesta Câmara.

Então agradeço, acho que os elementos foram expostos pelas partes e, assim, também agradeço a todos os que ficaram até o final e puderam participar, trazendo suas dúvidas. Espero eu que a maior parte tenha sido esclarecida.

A SRA MAÍRA MADRID - Primeiro, também agradecer. Só fazer um esclarecimento: agradecer a pontuação, acho que é superlegítima também a sua visão, só pontuando que a São Paulo Parcerias é uma sociedade de economia mista, cujo único acionista, o acionista majoritário é a Prefeitura de São Paulo. Portanto, seguimos todo o regramento relativo a isso e também, o nosso único cliente, é a própria Prefeitura de São Paulo.

Então, assim, a São Paulo Parcerias estabelece contratos com a Prefeitura de São Paulo e ela não tem nenhum tipo de lucro que não seja revertido no próprio funcionamento dela, do seu corpo de técnicos, e não há nenhum contrato com entes privados, portanto, é puramente institucional. Foi criada por uma lei municipal.

- Manifestação fora de microfone.

A SRA. MAÍRA MADRID - Mas nunca foi prestado serviços para entes privados. Tudo bem. Poderia, mas, certamente, ao longo da sua constituição há anos, criada por uma lei municipal, aqui, do Legislativo, não houve essa contratação.

Mas, de todo modo, agradecer e acho ser importante esse debate que inclui todos os itens levantados. Gostaria de deixar nossos serviços à disposição para qualquer tipo de esclarecimento no âmbito do contrato de concessão do Pacaembu, no âmbito da estruturação, e também no trabalho de monitoramento que uma diretoria da São Paulo Parceria estabelece. Ficamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Obrigada. Eu queria passar a palavra, agora, então, para fazer as considerações em nome do Ministério Público de São Paulo, ao Sr. Artur Antonio Tavares. Dois minutos?

O SR. ARTHUR ANTONIO TAVARES MOREIRA BARBOSA - Obrigado, nem vou chegar a isso. Só queria agradecer novamente à Câmara por essa importante iniciativa. Esperamos, de vários temas da sociedade, vir aqui debater, pois é um espaço muito bom. Agradeço. E agradeço também à Concessionária pelo convite à visita da obra.

Com relação ao Poder Público Municipal, só para agradecer também, mais uma vez, a presença, e deixar uma sugestão. Eu estava reanalizando a portaria que verifica o pedido de

reequilíbrio econômico e percebi que no artigo 6º diz que "esse grupo de trabalho poderá convidar representante de outros órgãos, de entidades públicas ou privadas, pesquisadores e especialistas, quando necessário". Eu acho que essa audiência pública demonstrou como é necessário ouvir, não a minha pessoa, mas eu gostaria também que fossem convidados esses pesquisadores, especialistas e entidades, pois acho que vai contribuir bastante com esse trabalho que o Município fará de analisar todas essas questões.

Espero voltar, aqui, na Câmara, em breve, pois estou aguardando a segunda audiência pública, não da Praça Charles Müller, mas da praça Pôr do Sol, outro tema importante. Estou aguardando que seja marcada em breve para eu comparecer novamente aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Obrigada, Artur. Passo a palavra ao Vereador Professor Toninho Vespoli. Depois, por último, então, o representante da Allegra, o Sr. Rafael para, em seguida, encerrarmos. Com a palavra Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Para mim ficaram muito evidentes algumas questões: a limitação, ou deficiência, do órgão que deveria defender o patrimônio histórico da Cidade; a sua destruição, não tem como você destruir algo e dizer que "está destruindo para fazer igual", sei lá, não consigo entender um negócio desse: "fazer igual", porque não é isso que é preservar. O 'igual' que vocês estão propondo não é 'igual' à realidade que está ali, à realidade das pessoas que ficaram naquelas arquibancadas, que estiveram ali, gritaram e levaram seus filhos e uma série de acontecimentos. Eu era a favor, assim, se não dá para construir o banheiro lá embaixo, então não destruiria o patrimônio.

Mas eu queria mesmo deixar duas falas para a Allegra, pois, para mim, o problema não é vocês, a empresa, afinal, vocês ganharam uma concessão e estão trabalhando lá. Para mim é a responsabilidade dessas questões todas é da Prefeitura. A Prefeitura é que é o órgão regulador. Se não estão fazendo bem, é porque a Prefeitura está falhando, é isso, no meu ponto de vista. Não vou ficar brigando com a empresa, a Prefeitura que é o órgão regulador.

E eu queria fazer um apelo para vocês. Acho que a imagem, hoje, de vocês, com a

questão da Charles Müller ficará muito ruim. Tem uma coisa que acho que vale muito mais do que ganhar e ter lucro, que é a imagem da sua empresa. Eu faria esse apelo para que pensem nisso. Já nessa audiência pública, para muitos, a imagem já saiu arranhada. Se vocês insistir com isso, acho até que vão perder capital em várias questões. Até porque vocês têm um pagamento variável que é o 2, que depende da qualidade, justamente uma das questões é o índice de satisfação das pessoas frequentadoras do local. A sociedade civil pode até fazer uma campanha contra vocês. Portanto, pensem nisso.

Outra questão, que acho igualmente importante, é que no Contrato de Concessão, Anexo III, Apêndice 4: "obriga a Allegra a entregar para o Governo um programa e um plano dos bens tombados" para preservação. Eu queria saber se isso já está pronto; se esse programa já está pronto; se tem um plano estabelecido; pois gostaríamos de ter uma cópia disso.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Obrigada, Vereador. Passo a palavra, então, ao representante da Allegra, Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO - Obrigado. Vou começar pela resposta aos dois comentários do nobre Vereador. Só para deixar claro: todos os planos e obrigações contratuais são cumpridos à risca pela Concessionária e eles constam do Processo SEI. Na verdade, são quatro processos distintos e, agora, foi criado o quinto, salvo melhor juízo. Foi criado o quinto que trata da discussão entre a Prefeitura e o Tribunal de Contas acerca do pleito de reequilíbrio, cujo qual nós também não temos acesso.

Nosso acesso ao Processo SEI é igual ao acesso de qualquer cidadão. Então só para deixar claro. Todos os documentos estão, todos os planos. Esses cadernos que eu trouxe a título ilustrativo, apenas para apresentar a parte de projeto que a Concessionária fez durante as tratativas com os órgãos de patrimônio, também constam, bem como todos os planos e obrigações contratuais, não só os que eram necessários para que fossem entregues de uma só vez, como também os relatórios que são apresentados trimestralmente, semestralmente e anualmente.

Fora isso, com relação à Praça Charles Müller, se a Concessionária tivesse qualquer

dúvida de que o investimento proposto vai trazer benfeitorias para a população que utiliza aquele espaço e, mais do que a população que utiliza, para a população que vai utilizar, a exemplo de outros espaços que foram requalificados, eu, presencialmente, pessoalmente citei dois deles na última audiência, na terça-feira, na presença da Vereadora que, agora, preside a sessão, que são o Parque Augusta e o Parque do Povo, que eram espaços não abertos à população e tinham um programa bastante restrito. Quando foram disponibilizados à população, de fato, o fluxo de pessoas que se utiliza do espaço público aumentou bastante.

São só alguns pequenos exemplos de que intervenções podem ser benéficas e a Concessionária não tem dúvida de que se houver a opção do Município de São Paulo de estender a área concedida, incorporando a Praça Charles Müller, os mais de 35 milhões de reais que estão propostos vão, de fato, requalificar aquele espaço, e trazer muito mais benfeitorias aos que já passam por ali, e àqueles que vão passar a utilizar depois da requalificação.

Com relação às minhas considerações finais, agradeço à Casa por, mais uma vez, convidar a Concessionária a prestar os importantes esclarecimentos para a sociedade. Coloco-me à disposição da sociedade civil e da Câmara uma visitação ao Complexo. Reitero, aqui, o convite feito, a todos os que estavam presentes, aqui, à Mesa, e também aos que estiveram presentes para que façam visitas à concessionária. A ideia da concessionária com a implementação da estrutura temporária que hoje ocupa parte do gramado era de fato que isto acontecesse, que as pessoas pudessem entrar no Pacaembu, pois estamos abrindo o portão principal depois de muito tempo com ele fechado, dado que, durante a operação cotidiana da Secretaria de Esportes, o único portão aberto do Pacaembu era o da Rua Capivari. A ideia é que, a partir do próximo mês, nós abramos o portão para que as pessoas possam frequentar o espaço e acompanhar o andamento das obras de forma mais próxima.

Eu queria só declarar aos demais membros das associações da sociedade civil que estiveram aqui hoje que ilações e falas desrespeitosas não contribuem para o debate. Esta é a terceira vez que comparecemos a esta Casa para prestar os devidos esclarecimentos à sociedade, e essas acusações e ilações, que obviamente não têm fundamento, são ruins para o

debate, porque não qualificam o espaço...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – De maneira nenhuma!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Não, desculpe...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Por isso que eu tenho bastante tranquilidade de falar isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Sra. Presidente...?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sr. Rafael, V.Sa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Muito obrigado.

Eu não desrespeitei a senhora e, durante a sua fala, eu a escutei atentamente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Um minuto de fala.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Para a boa dinâmica de uma audiência como esta, se nós não respeitarmos a pessoa que está falando, se não a deixarmos terminar seu raciocínio, fica difícil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Então...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Vamos terminar de ouvir o Sr. Rafael. Nós tivemos muitas posições divergentes, mas ele vai colocar o seu posicionamento e, obviamente, o assunto não vai se encerrar hoje. Então, mais um minuto. Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL CARNEIRO BASTOS DE CARVALHO – Muito obrigado, Presidente.

Então, mais uma vez, eu agradeço a oportunidade e espero que nós possamos, a exemplo do que aconteceu hoje em boa parte da audiência e nas audiências anteriores, ampliar este debate para que todos os esclarecimentos sejam prestados. A concessionária se coloca, mais uma vez, à disposição para voltar a esta Casa quantas vezes forem necessárias para prestar todos os esclarecimentos e poder debater com profundidade esse tema, que, de fato, é bastante complexo e relevante para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Rafael.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN – Vereadora Silvia, é Carlos Fagin, Presidente do Condephaat, quem está falando. Eu gostaria também de me manifestar no encerramento desta audiência e, para isso, eu peço a sua autorização.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Ao final eu respondo ao senhor.

Eu vou passar a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Carlos, do Condephaat, por dois minutos.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN – Primeiramente, a Vereadora vai lembrar que o Vereador Eliseu Gabriel, antes de se retirar e passar a presidência a V.Exa., se comprometeu em encaminhar ao Condephaat os questionamentos que foram apresentados oralmente pela representante do IAB, na ausência do Sr. Fernando Atique, um bravo Conselheiro do Condephaat e a quem eu muito respeito.guardo esses questionamentos para que possamos responder.

Em segundo lugar, eu quero encerrar a minha participação agradecendo muito o convite, porque eu acho que isso que está acontecendo hoje aqui é de profundo respeito à sociedade e de dispersão democrática do conhecimento daquilo que se faz na cidade e no Estado de São Paulo com relação ao patrimônio histórico.

Em relação às palavras do Vereador Celso Giannazi, que afirmou que o Condephaat não é um órgão capacitado para cuidar do patrimônio histórico, eu lamento ter ouvido isso, mas sei que o Vereador tem uma intenção muito clara de nos ajudar e reitero que as portas do Condephaat estão abertas à S.Exa. para que ele permaneça no seu estado crítico a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do Conselho.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sr. Carlos, só para avisar que V.Sa. começa errando o nome do Vereador. Quem falou o tempo todo fui eu, o Vereador Toninho Vespoli, não o Vereador Celso Giannazi.

Obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGIN – Desculpe, Vereador Celso. As palavras que eu disse, as dirijo, então, ao Vereador Toninho, ao Vereador Celso e a toda a sociedade. O Condephaat não exclui ninguém, porque ele trabalha para a sociedade.

Só gostaria de dizer mais uma coisa. Há mais ou menos dez anos, o Estádio de Wembley, em Londres – palco da final do jogo Alemanha x Inglaterra na Copa de 1966, Troféu Jules Rimet, a primeira vencida pela Inglaterra e, segundo os críticos, a última –, foi considerado um estádio ultrapassado e foi demolido totalmente; demolição permitida pelos órgãos de patrimônio da Inglaterra. Foi construído um novo Estádio de Wembley após um concurso público de projetos, tendo sido o Arquiteto Norman Foster o ganhador. O esforço do Condephaat foi muito maior do que o das autoridades inglesas, e o Estádio do Pacaembu está e ficará lá, não será demolido. O que nós estamos vendo é uma incompreensão por uma fase da obra, a rubrica.

Para concluir, agradeço novamente esse convite e me coloco mais uma vez à disposição da Câmara Municipal de São Paulo para o prosseguimento dessas discussões. Novamente também eu me desculpo com o Vereador Celso Giannazi e dirijo as minhas palavras não só a S.Exa. como ao Vereador Toninho Vespoli.

Muito obrigado, Vereadora. Boa noite a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Carlos.

Neste momento, vamos passar aos encaminhamentos e para o encerramento,

porque haverá neste espaço um novo evento e nós precisamos deixar o local imediatamente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – O meu encaminhamento é o seguinte: a representante do IAB vai passar para a Comissão de Política Urbana e para a Comissão de Educação as questões relativas ao Condephaat, e essas Comissões vão encaminhar.

Em relação à pergunta final, feita pelo Sr. Moreirão, a Comissão de Política Urbana continuará tratando da questão da Praça Charles Miller; inclusive foi esse o encaminhamento que nós fizemos na reunião técnica de quarta-feira, que contou com a presença da Allegra, e foi decidido que nós iríamos fazer novamente um debate se esse tipo de incorporação estaria previsto nessa concessão ou se teria que haver uma nova licitação. Enfim, esse tema vai continuar sendo debatido na Câmara Municipal de São Paulo.

O nosso mandato encaminhou, já durante a audiência, um requerimento à Comissão de Política Urbana para ser aprovada, na próxima reunião da Comissão, uma visita técnica ao Estádio do Pacaembu. Nós agradecemos o convite, mas também vamos fazer de forma oficial, via requerimento nesta Casa. Além disso, também oficiamos a SP Urbanismo e a SMUL para confirmação imediata do Conselho Gestor. Todos esses encaminhamentos foram feitos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Vamos observar para que, nas próximas tratativas relativas ao tema da Praça Charles Miller, convidemos também a Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a ser discutido, dou por encerrada esta audiência pública.